

## BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

### SISTEMA BNDES

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – SISTEMA BNDES 31 DE DEZEMBRO DE 2010

##### Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras anuais do Sistema BNDES relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

##### I. AMBIENTE MACROECONÔMICO

A recente situação fiscal dos países da Zona do Euro vem se consolidando como um ponto vulnerável da recuperação da economia mundial. O expressivo crescimento dos déficits fiscais a partir de 2007-2008, cuja intenção seria combater os efeitos recessivos da crise internacional, gerou forte elevação do endividamento público como proporção do PIB na Europa, em especial de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. Essa combinação vem desencadeando uma aguda desconfiança nos mercados internacionais, elevando os custos não apenas de novas emissões de dívida soberana por esses países, mas também de rolagem/refinanciamento dos compromissos vigentes. Mesmo com a adoção de um pacote de financiamento à região no valor de € 750 bilhões, arquitetado pelas principais economias da Zona do Euro, os *spreads* de CDS – *Credit Default Swap* (uma medida de risco) dos países em situação fiscal mais frágil continuam em níveis elevados.

Ao longo do segundo semestre de 2010, a principal novidade na economia internacional foi o novo ciclo de quantitative easing (QE2) levado a cabo pelo FED, banco central americano. Essa política, de expansão monetária com compra de títulos visava a estimular a retomada da economia americana. Os principais efeitos, porém, fizeram-se sentir nos mercados cambiais, de commodities e financeiros. Diversos países viram suas moedas valorizarem-se perante o dólar nesse período. Em reunião do G-20, chegou-se a cunhar a expressão “Guerra Cambial” para caracterizar o momento. Outro mercado que foi profundamente afetado pelo QE2 foi o de commodities, cujos preços já recuperaram ou até mesmo ultrapassaram os recordes observados em 2007. Esse movimento levou a um aumento na inflação em diversos países, Brasil inclusive. A China, que mantém sua moeda relativamente atrelada ao dólar, e que tem um peso relevante de alimentos na composição de sua inflação, já iniciou um ciclo de aperto monetário.

No Brasil, o cenário econômico, ao final de 2010, mostrou-se benigno no que diz respeito ao crescimento econômico. O PIB a preços de mercado registrou, no terceiro trimestre de 2010, crescimento de 6,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse resultado deveu-se, basicamente, à formação bruta de capital fixo, que cresceu 21,2% no terceiro trimestre de 2010 em relação ao mesmo período do ano passado. O consumo das famílias - crescimento de 5,9% no mesmo período -, mas já apresenta sinais de desaceleração na margem enquanto o investimento mantém o crescimento marginal robusto.

Com relação ao balanço de pagamentos, as transações correntes apresentaram um déficit de US\$ 11,4 bilhões (2,3% do PIB em 12 meses), saldo ligeiramente superior ao observado no mesmo período de 2009 (1,17% do PIB em 12 meses). As exportações do terceiro trimestre de 2010 foram 11,3% superiores àquelas do período equivalente em 2009, ao passo que as importações sofreram aumento de 40,9%. O déficit em transações correntes pode ser explicado pela desvalorização do dólar frente ao real, resultado deficitário de serviços e rendas (US\$ 50,5 bilhões acumulados de janeiro até setembro de 2010 contra US\$ 35,8 bilhões no mesmo período de 2009), assim como o crescente déficit de viagens internacionais (US\$ 3 bilhões no terceiro trimestre de 2010 contra US\$ 1,7 bilhões no mesmo trimestre de 2009). O resultado líquido da conta de capitais avançou 52%, passando de US\$ 205 milhões para US\$ 312 milhões entre 2009 e 2010.

No que diz respeito à inflação, o IPCA apresentou variação de 5,9% em 12 meses. Alimentos e bebidas foram os principais responsáveis por este resultado, por apresentarem alta nos preços de itens específicos como carnes, açúcar e trigo. Para 2011, as expectativas apontam para uma inflação acima do centro da meta. No entanto, é de se esperar que o ciclo de expansão dos preços das commodities arrefeça, reduzindo, assim, as pressões inflacionárias no médio prazo.

Para 2011, espera-se que a economia brasileira siga crescendo, porém a uma taxa mais próxima de 4,5%, novamente impulsionado pela expansão da demanda doméstica. O destaque é a forte retomada dos investimentos. O crescimento do Brasil em 2011, acima da média mundial, virá acompanhado de maior déficit em transações correntes.

##### II. A EMPRESA

O BNDES, fundado em 1952, é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O capital do BNDES pertence inteiramente ao Governo Federal. Desde sua criação, o BNDES vem atuando como o principal instrumento do Governo Federal para execução de políticas de investimento, sendo a principal fonte de financiamento de longo prazo na economia brasileira. Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo a custos competitivos para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no Brasil, bem como para o incremento das exportações brasileiras. A atuação da BNDESPAR, sua subsidiária integral, contribui ainda para o fortalecimento da estrutura de capital de empresas privadas e para o desenvolvimento do mercado de capitais.

Dentre as atividades compreendidas no objeto social do BNDES, conforme o artigo 9º, inciso VI, do seu estatuto social, está a realização, como entidade integrante do sistema financeiro nacional, de quaisquer operações nos mercados financeiro e de capitais.

O BNDES executa suas atividades diretamente ou por meio de duas de suas subsidiárias integrais. A BNDESPAR provê apoio financeiro para capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, enquanto a FINAME auxilia a expansão e modernização da indústria brasileira ao fornecer financiamento, usualmente por meio de agentes financeiros credenciados, para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil. O BNDES oferece também, diretamente ou por meio da FINAME, financiamento às exportações de produtos e serviços, com foco especial em bens de capital e, eventualmente, bens de consumo com maior ciclo de comercialização. Adicionalmente, como parte da estratégia de ampliar o apoio à internacionalização das empresas brasileiras, o Banco inaugurou, em novembro de 2009, a sua subsidiária em Londres, a BNDES Limited, que se encontra em fase pré-operacional.

Os produtos e serviços do BNDES atendem às necessidades de investimentos de amplo espectro de empresas estabelecidas no Brasil, seja no que concerne ao porte – apoiando desde micro, pequena e médias até grandes empresas – seja no que concerne ao setor de atividade. Os produtos e serviços do BNDES (i) são acessíveis a empresas de diversos setores, tais como infraestrutura, agronegócio, produção de bens finais diversos, produção de insumos básicos, produção de bens de capital; e (ii) estão disponíveis para investimentos de cunho social. A parceria com outras instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo Brasil, permite a disseminação do crédito, possibilitando um maior acesso aos recursos do BNDES.

A experiência do BNDES em alocar estes recursos, garantindo os maiores benefícios possíveis para o desenvolvimento nacional, tem contribuído para o crescimento da produção nacional de bens e serviços, expandido a oferta de postos de trabalho, promovido o desenvolvimento do mercado de capitais e incentivado a modernização econômica, os avanços tecnológicos e as melhores práticas de proteção ambiental e inclusão social.

##### PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS NO EXERCÍCIO DE 2010

**Lançamento do programa BNDES ProCopa Turismo.** O programa tem dotação orçamentária de R\$ 1 bilhão e é destinado à construção, reforma e ampliação da rede hoteleira no Brasil, tendo em vista a demanda projetada pela realização, no País, da Copa do Mundo de 2014.

**Reformulação das Políticas Operacionais.** A proposta objetivou reorganizar os normativos, tanto nos aspectos de conteúdo, revisando conceitos e condições, quanto nos de forma, buscando facilidade e clareza no acesso à informação.

**Alterações no programa microcrédito para ampliar alcance e duplicar desembolsos.** Entre as mudanças, o Programa BNDES Microcrédito reduziu o valor mínimo de financiamento para agentes repassadores, o que permite credenciar maior número de instituições financeiras, e simplificou os procedimentos internos, a fim de reduzir o tempo entre o pedido de financiamento e a liberação de recursos.

**Prorrogação do prazo de vigência do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI) para 31 de março de 2011.**

**Assinatura do Memorando de Entendimento entre os bancos de desenvolvimento dos países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).** O documento estabelece diretrizes para cooperação técnica nas respectivas áreas de atuação e expertise das instituições envolvidas.

**Premiação pelo Fundo da Amazônia** na categoria ALIDE Verde do Prêmio ALIDE 2010 – *Buenas Praticas en las Instituciones Financieras de Desarrollo*.

**Lançamento do Programa Cinema Perto de Você, parceria entre o BNDES, a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e os ministérios da Cultura e da Fazenda.** A iniciativa apoiará projetos de expansão do parque exibidor cinematográfico brasileiro.

**Assinatura de acordo de cooperação com o Export-Import Bank dos EUA (Ex-Im Bank).** O objetivo do acordo é permitir que as duas instituições busquem oportunidades para promoverem, em conjunto, investimentos e projetos de interesse de empresas brasileiras e norte-americanas.

**Criação do Programa BNDES Emergencial de Reconstrução dos Estados de Alagoas e Pernambuco (BNDES PER Alagoas e Pernambuco).** O Programa destinará até R\$ 1 bilhão para empresas localizadas em cidades afetadas pelas enchentes em junho de 2010.

**Assinatura de memorando de entendimento com Japan Institute for Overseas Investment (JOI), entidade que busca orientar os investimentos do país asiático no exterior.** O documento visa ampliar a cooperação entre as duas instituições.

**Aprovação da criação do Programa ABC (Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura).** O objetivo do programa é contribuir para a redução do desmatamento. Seus beneficiários serão produtores rurais e suas cooperativas, inclusive para repasse a cooperados.

**Lançamento de projeto de estímulo à universalização do saneamento, o Saneamento em Foco.** O objetivo do projeto é formar uma rede com os principais atores do setor, em busca de soluções para o desafio da universalização do serviço.

**Recebimento do Selo Pró-Equidade de Gênero – 3ª edição, concedido pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, da Presidência da República.** O programa Pró-Equidade de Gênero é uma iniciativa do Governo Federal, cujo objetivo é estimular a igualdade de condições no ambiente de trabalho, por meio da adoção de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional.

**Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com Instituto Votorantim para ações de inclusão socioprodutiva.** O objetivo do acordo é apoiar projetos de qualificação profissional e estruturação de atividades produtivas em municípios com indicadores sociais críticos nas cinco regiões do País.

**Aprovação da Política Corporativa de Arquivos do BNDES (PCA).** Com a implementação das atividades previstas, será desenvolvido um conjunto de instrumentos de gestão que representem o universo documental do BNDES, subsidiando a recuperação da informação, melhorando o acesso e preservando o acervo representativo da memória institucional.

**Recebimento do Prêmio TI & Governo 2010, promovido pelo Anuário TI & Governo.** Na avaliação foram julgados 20 projetos, divididos em três categorias: e-Administração Pública, e-Serviços Públicos e e-Democracia.

**Recebimento do Selo Amigo dos Catadores, concedido pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.** A entrega foi um reconhecimento ao apoio do BNDES a projetos de coleta seletiva de lixo com inclusão social de catadores de materiais recicláveis.

##### CUSTOS FINANCEIROS

A taxa de juros final aos beneficiários dos empréstimos concedidos pelo BNDES varia conforme a forma de apoio, tipo de operação, natureza e região, sendo composta:

**Nas Operações Diretas:** Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito

**Nas Operações Indiretas:** Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

O **custo financeiro** reflete o custo de captação de recursos pelo BNDES e varia de acordo com as fontes destes recursos (FAT, Tesouro Nacional, Organismos Multilaterais, dentre outros).

Os principais custos de captação do BNDES estão associados a TJLP, dólar e cesta de moedas. Em menor escala, ao IPCA e à Selic.

As linhas de apoio à exportação utilizam também a LIBOR acrescida da variação do dólar norte-americano ou a TJFPE – Taxa de juros fixa pré-embarque acrescida da variação do dólar norte-americano.

A **remuneração do BNDES** varia conforme cada Produto, Linha de Financiamento, Programa ou Fundo, podendo chegar a 2,5% a.a.. Tem por objetivo cobrir as despesas operacionais e garantir retorno sobre o patrimônio líquido consolidado do BNDES.

A **taxa de risco de crédito** pode chegar a 3,57% a.a., de acordo com a classificação de risco de crédito do tomador do financiamento, e visa cobrir os riscos de perdas por inadimplência na carteira.

\* Aplicáveis às empresas e grupos econômicos não financeiros até 31/12/10

Nas operações indiretas a taxa de risco de crédito é substituída pela **taxa de intermediação financeira**, que reflete o risco sistêmico das Instituições Financeiras Credenciadas, limitada a 0,5% a.a. De acordo com o tamanho da Companhia financiada e/ou com o programa de investimento ao qual o projeto está vinculado, a taxa de intermediação financeira é isentada.

A **remuneração da instituição financeira credenciada** é a taxa que reflete o risco de crédito assumido pelas Instituições Financeiras Credenciadas, e será negociada diretamente entre o beneficiário e a instituição repassadora dos recursos.

##### FONTES DE RECURSOS

Para dar suporte às suas atividades, o BNDES demanda recursos adequados. As particularidades da oferta doméstica de crédito no país, concentrada no curto prazo, conduziram o governo à busca de soluções alternativas de captação de recursos para apoiar projetos de investimento de longo prazo. A Constituição Federal de 1988 assegurou fonte estável de recursos para o BNDES, o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Esta fonte resultou basicamente da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. De acordo com a Constituição Federal, 60% da arrecadação do FAT destinam-se a custear o seguro-desemprego e o abono salarial e 40% são aplicados pelo BNDES em programas de desenvolvimento econômico.

Desde 2008 as captações do Tesouro Nacional vem se tornando uma fonte significativa de recursos. A lei nº 11.948/09 autorizou a concessão de créditos de até R\$ 100 bilhões para o BNDES, integralmente captados em 2009. De forma a garantir recursos suficientes para atender a demanda por desembolsos em 2010, foi publicada a MP 472/09, que alterou o limite de crédito previsto na lei 11.948/09 e garantiu ao BNDES linha de crédito adicional de R\$ 80 bilhões, integralmente liberados no segundo trimestre de 2010. Ainda em 2010, foi publicada a MP 505/10 que autorizou a concessão de R\$ 30 bilhões ao BNDES, dos quais, R\$ 24,8 bilhões, captados sob a forma de LFT (Letras Financeiras do Tesouro), foram utilizados para integralização de ações de emissão da Petrobras.

Adicionalmente, o BNDES conta com recursos provenientes de: retorno das suas operações, monetização de ativos de sua carteira, participações societárias, recursos captados no mercado internacional de capitais, seja através de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, seja com a emissão de bonds, recursos captados no mercado interno, através da emissão de debêntures pela BNDESPAR, recursos captados via Fundos Institucionais, como FMM (Fundo da Marinha Mercante), FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), dentre outros.

##### SUBSIDIÁRIAS

Em 31/12/10, o BNDES possuía três subsidiárias integrais: BNDES Participações S/A – BNDESPAR, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME e BNDES Limited. Através da BNDESPAR, o BNDES contribui para o fortalecimento da estrutura de capital de empresas privadas brasileiras e para o desenvolvimento do mercado de capitais, mediante participações acionárias e aquisição de debêntures conversíveis. Já a FINAME concede apoio, através de agentes financeiros credenciados, à expansão e modernização da indústria brasileira, através de financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil e de financiamentos a exportações e importações.

A atuação da **BNDESPAR** é direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. A BNDESPAR atua principalmente através de participações societárias de caráter minoritário e transitório, buscando oferecer apoio financeiro às empresas brasileiras sob a forma de capital de risco e, simultaneamente, estimular o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários.

A **FINAME** tem como missão a promoção do desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil e no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país. Para cumprir sua missão, a FINAME atua através de repasse de recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas, aumentando, assim, a sua capilaridade, a sua simplicidade e a sua agilidade, atendendo a clientes de praticamente todos os segmentos produtivos.

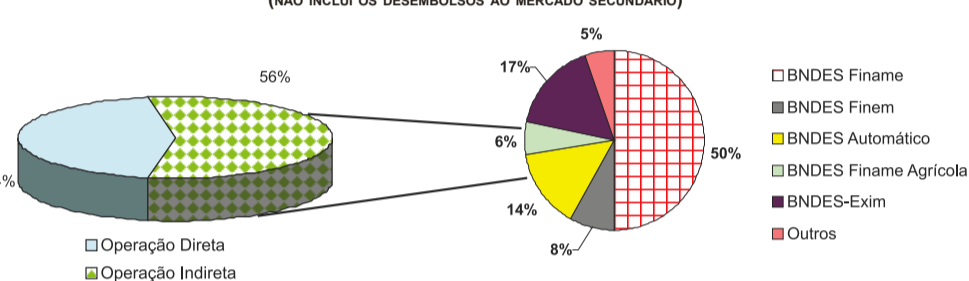
A **BNDES Limited** foi constituída no primeiro trimestre de 2009, sob as leis do Reino Unido, como uma sociedade limitada, com capital autorizado de £ 100.000.000,00 (cem milhões de libras esterlinas), tendo sido integralizados £ 3.536.301,00 até 31/12/10. Em 04 de novembro de 2009, a BNDES Limited foi inaugurada em Londres e se encontra em fase pré-operacional.

##### DESEMPENHO OPERACIONAL

Os desembolsos do Sistema BNDES, sem incluir os desembolsos ao mercado secundário, somaram R\$ 168.423 milhões em 2010, valor 23,5% superior aos R\$ 136.356 milhões registrados em 2009. Abaixo segue perfil dos desembolsos realizados em 2010:

##### DESEMBOLSOS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010\*

(NÃO INCLUI OS DESEMBOLSOS AO MERCADO SECUNDÁRIO)



Em relação ao desembolso por porte de empresa, destaca-se o crescimento 103,9% do desembolso a micro e pequenas empresas, substancialmente superior ao crescimento de 9,2% do desembolso a grandes empresas. O desembolso a pessoas físicas e a médias empresas apresentou crescimento de 67,0% e 86,8%, respectivamente.

Em relação ao desembolso por região, as regiões Sudeste e Sul representaram 58,2% e 17,9%, respectivamente, do total, enquanto Nordeste, Norte e Centro-Oeste representaram 10,2%, 7,0% e 6,7%, respectivamente.

##### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2009, como parte do processo de convergência às IFRS, a CVM emitiu diversos Pronunciamentos Técnicos e interpretações para aplicação mandatória nas demonstrações contábeis do exercício de 2010 pelas Companhias por ela reguladas. A BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, está sujeita às normas emitidas pela CVM e, como tal, aplicou estes Pronunciamentos Técnicos e interpretações nas demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/10.

A aplicação desses Pronunciamentos Técnicos e interpretações pela BNDESPAR trouxe dois efeitos relevantes para o BNDES, os quais decorrem de práticas contábeis aceitas pelo BACEN desde 2001/2002 que não eram adotadas pelo BNDES em virtude da CVM não permitir sua aplicação pela BNDESPAR. São eles:

- classificação das participações societárias em não coligadas na categoria “TVM - disponível para venda”, seguindo as orientações contidas na Circular 3.068/01 do CMN. Como resultado desta classificação, tais participações passaram a ser registradas pelo seu valor justo, em contrapartida a uma conta de patrimônio líquido denominada “Ajuste de Avaliação Patrimonial”. A diferença entre o valor justo e o valor contábil destas participações totalizou R\$ 44.567 milhões em 31/12/10 (R\$ 29.414 milhões líquido dos efeitos tributários); e
- mensuração e registro dos instrumentos financeiros derivativos, embutidos ou isolados, contidos em operações de participações societárias ou debêntures com cláusula de opção/conversão, suportado pela Circular 3.082/02 do CMN. Por tratar-se de derivativos, seu registro é feito em contrapartida ao resultado do exercício, sendo a parcela referente ao saldo de abertura lançada em contrapartida a lucros acumulados (ajuste de exercícios anteriores). O impacto acumulado em 31/12/10, já líquido dos efeitos tributários, foi de R\$ 497 milhões, dos quais R\$ 265 milhões em contrapartida a lucros acumulados e R\$ 232 milhões em contrapartida ao resultado do exercício de 2010.

##### 1) Indicadores Econômico-Financeiros

R\$ milhões, exceto percentuais

Resultado	2010	2009	Evolução %	4º TRIM/10	4º TRIM/09	Evolução %
Resultado com Operações Financeiras	7.039	5.821	20,9	2.480	1.424	74,2
Resultado com Participações Societárias	6.159	3.990	54,4	2.612	1.503	73,8
Provisão para Risco de Crédito	2.852	(6)	(47.633,3)	992	(197)	(603,6)
Outras Receitas e Despesas, líquidas	(1.851)	(833)	122,2	(647)	1.758	(136,8)
Tributação sobre o Lucro	(4.286)	(2.237)	91,6	(1.001)	(816)	22,7
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	9.913	6.735	47,2	4.436	3.672	20,8
<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>dez/10</b>	<b>dez/09</b>	<b>Evolução %</b>	<b>dez/10</b>	<b>set/10</b>	<b>Evolução %</b>
Ativo Total (AT)	549.020	386.633	42,0	549.020	492.481	11,5
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	10.130	2.012	403,5	10.130	2.311	338,3
Títulos e Valores Mobiliários	145.930	76.097	91,8	145.930	122.662	19,0
Operações de Créditos e Repasses	361.575	283.671	27,5	361.575	340.120	6,3
Outros Ativos	19.678	12.619	55,9	19.678	16.381	20,1
Investimentos, Imobilizado, Intangível e Diferido	11.707	12.234	(4,3)	11.707	11.007	6,4
Empréstimos e Repasses	430.421	304.763	41,2	430.421	419.404	2,6
Investimentos, Imobilizado, Intangível e Diferido	-	13.741	(100,0)	-	4.035	(100,0)
Depósitos Interfinanceiros	-	3.259	(100,0)	-	-	-
Outras Obrigações	52.700	37.242	41,5	52.700	36.319	45,1
Patrimônio Líquido (PL)	65.899	27.628	138,5	65.899	32.723	101,4
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	12,00%	7,15%		12,00%	6,64%	
<b>Capitalização</b>	<b>dez/10</b>	<b>dez/09</b>		<b>dez/10</b>	<b>set/10</b>	
Requerimento de Capital	18,6%	17,6%		18,6%	16,4%	
Imobilização	0,4%	0,4%		0,4%	0,5%	
<b>Índices Financeiros (%)</b>	<b>dez/10</b>	<b>dez/09</b>	<b>Evolução %</b>	<b>dez/10</b>	<b>set/10</b>	<b>Evolução %</b>
Inadimplência / Carteira Total <sup>1/</sup>	0,15%	0,20%	(0,05)	0,15%	0,18%	(0,03)
PDD / Carteira Total <sup>1/</sup>	1,15%	1,61%	(0,46)	1,15%	1,50%	(0,35)
PDD / Créditos Inadimplentes <sup>1/</sup>	7,65	8,05	(0,40)	7,65	8,31	(0,66)
	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>Evolução %</b>	<b>4º TRIM/10</b>	<b>4º TRIM/09</b>	<b>Evolução %</b>
Retorno s/ Ativos (LL / AT <sup>2/</sup> )	2,12%	2,03%	0,09	0,85%	0,98%	(0,12)
Retorno s/ PL (LL / PL <sup>3/</sup> )	21,20%	25,47%	(4,27)	9,00%	13,55%	(4,56)

<sup>1/</sup> Inclui Operações de Crédito e Repasses Interfinanceiros.

<sup>2/</sup> ATmédio = (AT inicial + AT final) / 2.

<sup>3/</sup> PLmédio = (PL inicial + PL final) / 2.

##### 2) Resultado

O Sistema BNDES encerrou o exercício de 2010 com **lucro líquido** de R\$ 9.913 milhões, resultado 47,2% superior ao registrado no exercício anterior. Esse crescimento é explicado por:

- acréscimo de R\$ 2.169 milhões (54,4%) no resultado com participações societárias;
- acréscimo de R\$ 1.218 milhões (20,9%) no produto bruto da intermediação financeira; e
- receita com provisão para risco de crédito no valor de R\$ 2.852 milhões, em contrapartida à despesa de R\$ 6 milhões registrada em 2009; e

O acréscimo no resultado com participações societárias foi determinado pelo aumento no resultado com alienações de TVM, que passou de R\$ 1.159 milhões em 2009 para R\$ 3.239 milhões em 2010. As principais operações realizadas em 2010 envolveram ações de Telemar Participações, Banco do Brasil, Petrobras, Rio Polímeros e Light, que juntas responderam por 68,2% deste resultado (R\$ 2.056 milhões).

O crescimento no produto bruto de intermediação financeira foi sustentado por: (a) receita extraordinária de R\$ 522 milhões referente a prêmio recebido pela BNDESPAR em operação específica para postergação de prazo para conversão mandatória de debêntures, conforme previsto na escritura; e (b) crescimento da carteira de crédito e TVM suportado pelas recentes captações do TN.

A receita com reversão da provisão para risco de crédito foi formada basicamente por recuperações de crédito, num total de R\$ 2.286 milhões.

##### 3) Balanço Patrimonial

O crescimento do **ativo total** do Sistema BNDES nos últimos anos, deve-se, principalmente, ao aumento do volume de operações de crédito e TVM, suportado por captação de recursos de longo prazo notadamente do Tesouro Nacional. Em 2010 destaca-se ainda o ajuste a valor justo da carteira de investimentos em não coligadas que gerou um R\$ 44.567 milhões em relação a 31/12/09, conforme já comentado. Em 31/12/10, o ativo total atingiu R\$ 549.020 milhões, refletindo crescimento de 42,0% em relação 31/12/09, suportado substancialmente pela entrada de recursos do TN no total de R\$ 107 bilhões.

O crescimento de 168,8% da **carteira de títulos e valores mobiliários** em relação a 31/12/09 reflete a reclassificação, pela BNDESPAR, dos investimentos em sociedades não coligadas para o grupo de títulos e valores mobiliários, avaliados a valor justo. No BNDES, a correspondência deste efeito foi suportada pela Circular BACEN 3.068/01.

Em 31/12/10, a **carteira de títulos e valores mobiliários** somava R\$ 145.930 milhões, dos quais R\$ 95.908 milhões referentes a investimentos em sociedades não coligadas, R\$ 17.839 milhões à carteira de debêntures, líqu

Conforme Resolução CMN nº 2.682/99, a carteira de crédito do Sistema BNDES é segregada em níveis crescentes de risco, que vão de AA a H. Em 31/12/10, 98,5% da carteira de operações de crédito e repasses estava concentrada nos níveis de risco AA a C, considerados de baixo risco. Os créditos inadimplentes somaram R\$ 551 milhões, correspondendo a 0,15% da carteira bruta total, sendo que 94,0% desses créditos não representam riscos para o resultado do BNDES uma vez que já se encontram provisionados. O total da provisão para risco de crédito, de R\$ 4.215 milhões, correspondeu a 7,7 vezes o total dos créditos inadimplentes.

**QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2010**

Classificação de Risco	BNDES Consolidado	SFN	Instituições Financeiras Privadas	Instituições Financeiras Públicas
AA - C	98,5%	92,6%	92,0%	93,7%
D - G	1,0%	4,4%	4,8%	3,6%
H	0,5%	3,0%	3,2%	2,7%
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Em 31/12/10 a rubrica Investimentos é composta majoritariamente pelos investimentos em coligadas mantidos pela BNDESPAR e não apresentou variação significativa em relação a 31/12/09.

Os empréstimos e repasses do **Tesouro Nacional** e do **FAT** são as principais fontes de recursos do BNDES, representando, respectivamente, 45,2% e 24,1% do passivo total. A partir do 3º trimestre de 2009, o Tesouro Nacional passou a ser a principal fonte de recursos do BNDES, posição historicamente ocupada pelo FAT, devido ao volume de recursos captados em 2009, que totalizou R\$ 105 bilhões, e em 2010 (R\$ 107 bilhões).

Em relação ao **FAT**, verifica-se crescimento de 8,0% entre 2009 e 2010 devido ao ingresso de R\$ 11.380 milhões sob a rubrica **FAT Constitucional**, valor este superior ao ingresso de R\$ 9.626 milhões registrado em 2009. Quanto aos recursos sob a rubrica **FAT Depósitos Especiais**, verifica-se crescimento de R\$ 300 milhões no ingresso de recursos entre 2009 e 2010.

Adicionalmente ao FAT e ao Tesouro Nacional, o BNDES possui outras importantes fontes de recursos na composição de seu funding, como:

- Fundo da Marinha Mercante (FMM), Fundo PIS-PASEP, FGTS e seu fundo de investimento, o FI-FGTS;
- captações no mercado externo, notadamente mediante a emissão de *bonds*;
- emissão de debêntures pela BNDESPAR;
- operações compromissadas; e
- depósitos interfinanceiros, junto a instituições financeiras privadas nacionais.

Em 31/12/10, essas fontes totalizaram R\$ 75.883 milhões, o equivalente a 13,8% das fontes de recursos do BNDES.

As **captações no mercado externo** apresentaram crescimento de 20,1% entre 2009 e 2010, reflexo basicamente de emissões de *bonds*, que totalizaram R\$ 3.417 milhões em 2010, e da captação de recursos do BID, realizada em dezembro, no valor de R\$ 1.697 milhões. Entre as principais instituições internacionais com as quais o BNDES mantém operações estão o Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), o *China Development Bank* (CDB), o Banco de Crédito Alemão para Reconstrução Econômica (KfW), o Banco Nórdico de Investimento (NIB), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID).

A captação através de **depósitos interfinanceiros** teve início em janeiro de 2008, compondo a estratégia de gestão dos fluxos de recursos para suprir a demanda por desembolsos. As **operações compromissadas** referem-se às operações contratadas com o Banco do Brasil de venda de títulos públicos federais integrantes da carteira do BNDES, com compromisso de recompra e prazo de vencimento no curto prazo, remuneradas a taxa Selic. As oscilações nestes saldos estão associadas à gestão financeira dos fluxos de disponibilidades para suprir a demanda por desembolsos. Com a entrada de novos recursos do TN e a monetização de parcela de títulos públicos da carteira de TVM, a demanda por recursos de curto prazo foi reduzida, o que explica a não existência de saldo em 31/12/10.

O saldo de **outras obrigações** apresentou crescimento de 41,5% entre 2009 e 2010 devido ao reconhecimento de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dos CPCs pela BNDESPAR, notadamente o registro e marcação a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e a marcação a valor justo dos investimentos em não coligadas, que gerou impacto em torno de R\$ 15 bilhões.

O **Patrimônio Líquido** apresentou crescimento de 138,5% entre 2009 e 2010, em função de: (a) capitalizações realizadas em 2010, no montante de R\$ 7.200 milhões; e (b) reconhecimento de R\$ 29.173 milhões, líquido de tributos, a título de ajuste de avaliação patrimonial, contra-partida das variações no valor justo dos ativos classificados como disponível para venda. As capitalizações ocorreram em duas *tranches*: a primeira, em novembro, no valor de R\$ 2.700 milhões, por meio da transferência de parte dos direitos da União decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital da Eletrobrás, e a segunda, em dezembro, no valor de R\$ 4.500 milhões, por meio da transferência de 139.754.560 ações ON da Petrobras.

Em relação aos limites operacionais, o **índice de Basileia** ficou em 18,6% (17,5% em 31/12/09), superior ao nível mínimo exigido pelo Banco Central, de 11%. O BNDES encerrou 2010 enquadrado em todos os limites prudenciais.

**III. GESTÃO DE RISCOS**

Em conformidade com os normativos internos e externos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Risco do BNDES é responsável por:

- Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;
- Monitorar os níveis de exposição a riscos;
- Analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do BNDES e de suas subsidiárias;
- Avaliar a qualidade dos controles internos existentes no Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e
- Disseminar cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

Ao longo de 2010 foram realizados diversos trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos do Banco. Está em andamento processo licitatório que objetiva a contratação de consultoria especializada para implantação de Sistema de Gestão da Continuidade de Negócios. Deu-se continuidade à implantação de um sistema integrado de gestão de risco de mercado e liquidez, que entrou em fase de operação assistida a partir de janeiro de 2011. Para gestão do risco de crédito destacam-se a aquisição de software específico, cuja implementação deverá ser concluída até o final do exercício de 2011, e a aprovação da Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito.

**Controles Internos**

O BNDES busca promover o contínuo aprimoramento dos controles internos, com base nos fundamentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2554/98 e pela Política Corporativa de Controles Internos. Neste intuito, são realizadas atividades de avaliação dos riscos e dos controles internos existentes nos processos de trabalho, bem como da conformidade aos normativos internos e externos. Os relatórios contendo as conclusões dessas avaliações são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos e à Alta Administração.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, pautado na ética e na transparência. Além da divulgação da Política de Controles Internos e a disponibilização de informações relacionadas ao tema na intranet da Instituição, o BNDES realiza palestras para novos funcionários no processo corrente de renovação do quadro funcional, onde se procura destacar a importância do tema controles internos.

**Risco Operacional**

O Risco Operacional se refere à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Diferentemente dos riscos de mercado e de crédito, sua gestão e mitigação envolve todas as Áreas da Instituição.

Cabe à unidade responsável pelo gerenciamento do risco operacional auxiliar as demais unidades na identificação e avaliação desses riscos. Para tanto, são seguidos os preceitos constantes da Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional do BNDES, bem como aqueles constantes da Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios do BNDES. Ambas estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas na instituição. A estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se divulgada em: [http://www.bndes.gov.br/BNDES\\_Transparente](http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente).

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais na instituição, consta do programa de capacitação de novos funcionários, módulo específico sobre o tema, que vem sendo regularmente ministrado aos novos empregados. Também estão disponíveis informações sobre Riscos Operacionais para o público interno, na intranet.

**Risco de Mercado**

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e a política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez do BNDES e de suas subsidiárias definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado do BNDES está disponível para acesso público em: [http://www.bndes.gov.br/BNDES\\_Transparente](http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente).

Devido a sua natureza de Banco de Desenvolvimento, o BNDES possui baixa exposição em risco de mercado. Em particular, o BNDES segue uma estratégia de baixa exposição em moedas estrangeiras, sendo os limites monitorados diariamente.

**Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação. Desse modo, a gestão do risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de créditos, englobando a atuação de diversas áreas.

A política corporativa de gestão de risco de crédito, aprovada durante o exercício de 2010, formalizou o processo de gestão do risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos necessários à identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos aos quais o BNDES está exposto. A formalização da política, bem como a estrutura de gerenciamento do risco de crédito no BNDES, cumpre as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.721/2009.

O BNDES apura mensalmente o cálculo da parcela referente ao capital regulatório para risco de crédito (PEPR) pelo método padronizado, conforme definido pela Circular 3.360/07 do BACEN. Com a finalidade de comparar o valor atualmente apurado de acordo com a metodologia padronizada com aquele proveniente da aplicação de estimativas internas de probabilidade de inadimplência e taxas de recuperação, o BNDES realiza estimativas do Valor em Risco para a carteira de créditos, inclusive com a utilização de cenários de stress.

Na Nota Explicativa nº 34 às demonstrações financeiras do BNDES estão descritas as principais atividades relacionadas a cada qualidade de risco acima apresentada desempenhadas no exercício de 2010.

**IV. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

No Sistema BNDES, a adoção das melhores práticas de governança corporativa tem por objetivo otimizar o desempenho da Instituição, protegendo seu acionista único, o Governo Federal, bem como as partes interessadas (*stakeholders*), tais como empregados, credores, trabalhadores (através do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, como principal fonte de recursos do Sistema BNDES) e a sociedade em geral, além de facilitar o acesso aos investimentos e financiamentos de capital. A análise das práticas de governança corporativa aplicadas ao Sistema BNDES deve oferecer, principalmente, transparência, equidade de tratamento dos interessados e prestação de contas.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração do BNDES é composto por onze membros, entre eles o Presidente do Conselho, sendo quatro indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego, da Fazenda e das Relações Exteriores e os demais pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Presidente do BNDES exerce a Vice-Presidência do Conselho.

Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, com mandato de três anos, contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre do ano civil e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente, a seu critério, ou por solicitação de, pelo menos, dois de seus membros. O Conselho somente deliberará com a presença de, pelo menos, seis de seus membros.

O Conselho de Administração tem como algumas de suas atribuições: *i*) opinar, quando solicitado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre questões relevantes pertinentes ao desenvolvimento econômico e social do País e que mais diretamente se relacionem com a ação do BNDES; *ii*) aconselhar o Presidente do BNDES sobre as linhas gerais orientadoras da ação do Banco e promover, perante as principais instituições do setor econômico e social, a divulgação dos objetivos, programas e resultados da atuação do Banco; e *iii*) examinar e aprovar, por proposta do Presidente do BNDES, políticas gerais e programas de atuação a longo prazo, em harmonia com a política econômico-financeira do Governo Federal.

**COMITÊ DE AUDITORIA**

Conforme previsão estatutária e em linha com o preconizado pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), o Sistema BNDES conta com um **Comitê de Auditoria** que funciona como órgão auxiliar do Conselho de Administração, a quem deve se reportar. Pode ser composto por até seis membros (atualmente são três), designados pelo Conselho de Administração. O mandato é por prazo indeterminado, cessando-se, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, incluem-se: *i*) recomendar à administração do Banco a auditoria independente a ser contratada; *ii*) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; *iii*) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; *iv*) recomendar à Diretoria do BNDES correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e *v*) elaborar relatório contendo informações sobre as suas atividades e a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos.

**CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do BNDES é composto por três membros e três suplentes, todos com mandato de dois anos, admitida a recondução por igual período. Dois membros efetivos e seus respectivos suplentes são indicados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e um membro efetivo e seu respectivo suplente são indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, nomeados pelo Presidente da República, em qualquer dos casos.

O Conselho Fiscal tem como atribuições examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDES, e exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Os órgãos de administração são obrigados a disponibilizar, por meio de comunicação formal, aos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópia das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias de sua elaboração, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente, bem como dos relatórios de execução do orçamento.

**OUVIDORIA**

Criada em 2003, a Ouvidoria do BNDES atua no pós-atendimento e na mediação de conflitos entre o cidadão e a Instituição, prestando esclarecimentos e procurando estreitar os laços entre o BNDES, seus clientes e o público em geral. Para tanto, estimula iniciativas descentralizadas, voluntárias e efetivas de aprimoramento dos serviços prestados, tornando-se instrumento de inclusão social.

Agindo de forma autônoma, imparcial e sigilosa, a Ouvidoria interpreta os anseios do cidadão perante a empresa, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo democrático.

Nesse esforço, a Ouvidoria do BNDES tem a atribuição de atuar como canal de comunicação entre a Instituição e os públicos externo e interno (funcionários e colaboradores) recebendo sugestões, denúncias e reclamações e demais manifestações não solucionadas através dos canais de atendimento Fale Conosco ou Atendimento da Área de Operações Indiretas.

O Ouvidor é designado pelo Presidente do BNDES e tem mandato por prazo indeterminado, cessando-se a qualquer tempo por decisão do Presidente.

**GESTÃO DA ÉTICA**

O BNDES tem convicção de ter conquistado reconhecimento e respeito junto à sociedade brasileira por valorizar o comportamento ético no exercício das atividades de seus empregados.

O compromisso com a gestão da ética no BNDES foi formalizado com a Resolução 1.007 da Diretoria, de 26/6/02, que criou o Código de Ética Profissional dos Empregados do Sistema BNDES - 2002. Esse regulamento orientou o trabalho desenvolvido na gestão da ética no BNDES através da promoção de ações de natureza educativa, da atualização e do aperfeiçoamento de suas normas e da apuração e aplicação das penas cabíveis nos casos de infrações éticas. Em 28/4/09 foi aprovado pela Diretoria o atual Código de Ética do Sistema BNDES.

A gestão da ética no Sistema BNDES, nos termos do Código de Ética do Sistema BNDES, é conduzida pela Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria Executiva da Comissão de Ética (SECE/ET/GP), vinculadas à Presidência do BNDES. O Regimento Interno da Comissão de Ética foi aprovado em 23/9/08 pela Resolução 1.642 da Diretoria.

Atualmente, conforme dispõe o decreto nº 6.029, de 1/2/07, a Comissão de Ética do Sistema BNDES, tem um terço de sua composição renovada, devido ao término de mandato de dois de seus membros. Os membros são designados para exercer um mandato de três anos, renováveis por igual período.

O BNDES é membro do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais desde a sua criação, em 21/5/07, participando das reuniões ordinárias, que ocorrem mensalmente, e na organização do Seminário Anual de Gestão da Ética nas Empresas Estatais. Atualmente vinte empresas compõem o referido Fórum, que se dedica a estudar e debater assuntos relacionados à ética, em seus aspectos conceituais, filosóficos, doutrinários, legais e administrativos, compartilhando experiências e fortalecendo a gestão da ética na esfera pública.

A Comissão de Ética do Sistema BNDES participa, ainda, do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, coordenado pela Comissão de Ética Pública, vinculada à Presidência da República, através da qual os membros da Comissão de Ética e da Secretaria Executiva estão em permanente capacitação e atualização.

Em 2010, a CET/BNDES procedeu a abertura de 60 (sessenta) Procedimentos Preliminares, abrangendo consultas, denúncias, aconselhamentos dentre outros. Foram realizadas 12 (doze) palestras objetivando a divulgação da gestão da ética no BNDES, com a disseminação do código de ética e seus valores, direcionadas aos novos empregados e por solicitação de algumas áreas, sempre em parceria com a Área de Recursos Humanos. Foram realizadas 34 (trinta e quatro) Reuniões Ordinárias.

Além do cumprimento das suas atribuições básicas, a CET/BNDES colaborou com os Grupos de Trabalho sobre Assédio Moral e Pró-Equidade de Gênero, além do Projeto Valores, do Projeto Responsabilidade Social e Ambiental - RSA e da Pesquisa de Clima Organizacional.

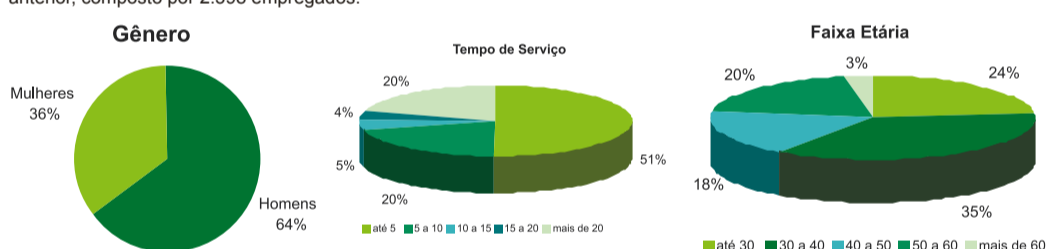
Por fim, cumpre observar que a Ética é um dos valores do BNDES, que, ao lado da Excelência, Compromisso com o Desenvolvimento e Espírito Público, foram consagrados em 2010, considerado o Ano dos Valores do BNDES.

O reconhecimento e respeito que o BNDES conquistou junto à sociedade brasileira se deve, entre outros, à longa tradição de comportamento ético predominante nas atividades exercidas.

**V. RECURSOS HUMANOS**

Em cumprimento à Constituição Federal, o BNDES contrata seus empregados por meio de Seleção Pública. A alteração do quantitativo de seu quadro funcional se dá por meio de Portarias do DEST. A Portaria nº 9, expedida em abril de 2010, fixou o limite de quantitativo do Sistema BNDES em 2.840 empregados.

O BNDES encerrou 2010 com 2.635 empregados, representando um aumento de 9,88% em relação ao quantitativo do ano anterior, composto por 2.398 empregados.



Em consonância com o momento de renovação do quadro funcional, o BNDES continua oferecendo aos empregados que irão se desligar até 2012, o Programa Novos Tempos. A iniciativa tem o objetivo de assegurar a transmissão de conhecimento entre novos e antigos empregados, além de proporcionar novas opções de vida além do trabalho.

Cabe destacar que 37% das funções executivas são ocupadas por mulheres. Esse dado corrobora o esforço do Banco em reconhecer e indicar empregados para ocuparem funções de confiança, independente de seu gênero. O indicador sugere que o Programa Pró-Equidade de Gênero, coordenado pelo Gabinete da Presidência, cujo objetivo é a promoção de igualdade entre homens e mulheres, está produzindo bons resultados.

Em 2010, o BNDES prossegue com sua estratégia de treinamento e capacitação dos empregados, considerada vital para a excelência do corpo funcional. Foram investidos aproximadamente R\$ 10 milhões em capacitação, incluindo, entre outras ações, cursos de pós-graduação, de idiomas e treinamentos no exterior.

Como benefícios a seus empregados, o BNDES concede assistência educacional, vale-transporte e vale refeição e cesta alimentação. Também assegura complementação de aposentadoria, auxílio-doença, assistência médica, entre outros, através da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, entidade fechada de previdência privada.

No âmbito de Gestão de Pessoas, várias iniciativas estão em curso.

O Programa **Gestão por Competências** iniciou-se, em 2009, com o mapeamento e a redação das competências organizacionais e das competências executivas, reunidas no documento "Dicionário de Competências Organizacionais e Executivas". Após a primeira rodada de avaliação das competências executivas, foi iniciada a etapa de construção dos Planos de Desenvolvimento Individuais (PDIs) dos executivos, acordados entre eles e seus gestores. Além de cursos, leituras e, principalmente, atividades no ambiente de trabalho estão sendo estimuladas como importantes ferramentas de desenvolvimento dos executivos.

Dando continuidade à implantação da Gestão por Competências, foi estruturado, em 2010, o projeto **Gestão Estratégica de Pessoas - GEP**. O projeto determinará as diretrizes dos principais processos relacionados à gestão de pessoas no BNDES e tem como pilares quatro sub-projetos: mapeamento e avaliação das competências técnicas e comportamentais, gestão de carreira, educação corporativa e gestão de desempenho. Os dois primeiros sub-projetos estão avançados na etapa de estruturação e modelagem, enquanto os dois últimos serão iniciados em meados de 2011.

No âmbito do sub-projeto mapeamento e avaliação de competências, foram aprovadas pela Diretoria, no mês de outubro, as competências comportamentais, aplicáveis aos empregados que não ocupam funções executivas.

O processo de mapeamento das competências comportamentais baseou-se em metodologia participativa e contou com o envolvimento de diversos profissionais do Banco, em diferentes momentos Ao todo, participaram do mapeamento dessas competências cerca de 100 empregados de todas áreas e segmentos do BNDES, com ou sem função executiva. Ao explicitar e, futuramente, estimular a avaliação destas competências, o BNDES implanta um instrumento institucional que auxiliará o *feedback* entre o empregado e seu superior imediato, buscando identificar necessidades e oportunidades de desenvolvimento para todos.

Também em outubro, teve início o mapeamento das competências técnicas das Áreas do BNDES. Este trabalho, viabilizado por meio de *workshops* com alguns executivos e técnicos das áreas, tem por objetivo identificar as entregas técnicas estratégicas que competem a cada departamento do Banco, de modo a possibilitar a proposição futura de ações de educação corporativa estrategicamente alinhadas.

No mês de novembro foram realizadas nove turmas de treinamento para executivos, com vistas a estimular a reflexão sobre as mudanças necessárias à gestão de pessoas no BNDES, apresentar as Competências Comportamentais, bem como ajustes realizados nas Competências Executivas.

Para monitorar o clima no ambiente de trabalho e a satisfação dos empregados com relação a diversos aspectos da organização, foi implementada a **Gestão de Clima Organizacional**. Na etapa de investigação foi realizada pesquisa de clima com adesão de 70% dos empregados, seguida da realização de grupos focais. Está sendo desenvolvida a etapa de estruturação de planos de ação para melhoria do clima, que abrangerão ações focadas para cada Área e também ações gerais para todo o Banco.

A fim de preservar a excelência de seu corpo funcional e a transmissão de conhecimento e valores para os novos empregados, a ARH implementou o projeto Valores com o objetivo de declarar e disseminar os valores do BNDES: "Ética, Compromisso com o Desenvolvimento, Espírito Público e Excelência".

Dada a relevância do tema para a Instituição, o ano de 2010 foi escolhido pela Alta Administração como o "Ano dos Valores". O Grupo de Trabalho responsável pelo projeto promoveu ações tais como: Semana de Valores, Concurso Literário e Cine Valores. Em continuidade ao projeto, a ARH realizou encontros específicos para aprofundar a reflexão sobre a prática dos valores em cada uma das Áreas.

**VI. RATING**

Segundo a Standard & Poor's (S&P), o *rating* em escala global é BBB+ (moeda local) e BBB- (moeda estrangeira), ambos com perspectiva "estável".

Segundo a Moody's, o *rating* em escala global é A3 (moeda local) com perspectiva "estável" e Baa2 (moeda estrangeira) com perspectiva "positiva".

**VII. AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM 381/03**

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, o Sistema BNDES vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

**VIII. CIRCULAR BACEN 3.068/01**

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 15.891 milhões, representando 11,0% do total de títulos e valores mobiliários.

**IX. AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados, e ao mercado pelo indispensável apoio e confiança.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO			Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2010	2009	2010	2009			2010	2009		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		64.145.085	44.714.814	90.143.056	68.401.044	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		13.394.568	32.670.013	17.083.009	31.758.245
<b>DISPONIBILIDADES</b>		8.009	2.972	15.897	4.750	<b>DEPÓSITOS</b>		269	3.259.047	269	3.259.047
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b>	6	10.113.958	2.006.817	10.113.958	2.006.817	Depósitos interfinanceiros	17	-	3.258.834	-	3.258.834
Aplicações - carteira de câmbio	6.1	1.689.615	991	1.689.615	991	Diversos		269	213	269	213
Aplicações em operações compromissadas	6.2	24.343	5.826	24.343	5.826	<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO</b>		-	13.740.763	-	13.740.763
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.3	8.400.000	2.000.000	8.400.000	2.000.000	Obrigações por operações compromissadas	18	-	13.740.763	-	13.740.763
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	7	10.912.556	6.144.476	15.714.020	10.544.554	<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>		10.025	409	10.025	409
Cotas de fundos exclusivos	7.4	1.825.135	1.762.632	3.965.698	4.397.662	Recursos em trânsito de terceiros		10.025	409	10.025	409
Títulos públicos		8.714.855	4.130.627	8.714.855	4.130.627	<b>OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES</b>	21	548.183	291.698	854.407	353.710
Ações e bônus de subscrição	15.1	-	-	82.144	69.159	<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES</b>		5.126.130	6.849.597	6.693.525	4.667.048
Debêntures disponíveis para venda	8.1	369.769	44.918	370.029	44.918	Empréstimos no país	20.1	362.147	361.030	362.147	361.030
Debêntures mantidas até o vencimento	8.2	1.964	64.718	1.964	182.443	Empréstimos no exterior	20.1	4.763.983	6.488.567	5.855.711	4.238.849
Provisão para risco de crédito - Debêntures	8.2.4	-	(189)	-	(1.909)	Bônus		585.571	423.849	585.571	423.849
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	7.5	-	-	2.022.829	1.579.884	Repasse no país		3.342.124	5.031.878	4.909.519	2.849.329
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	28	833	90.976	833	90.976	Tesouro Nacional	20.1	1.676.679	1.743.540	4.116.754	1.812.288
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	28	-	-	555.668	-	Controladas	20.1	872.680	2.251.297	-	-
Notas promissórias		-	50.794	-	50.794	Fundo da Marinha Mercante	20.1	787.689	1.032.269	787.689	1.032.269
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	9	19.334.313	13.269.450	38.493.550	30.656.338	Outras		5.076	4.772	5.076	4.772
Créditos vinculados		25	26	25	26	Repasse no exterior - Instituições multilaterais	20.1	836.288	1.032.840	836.288	1.032.840
Repasse interfinanceiros		19.404.776	13.368.467	38.670.859	30.842.074	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		4.041.939	5.605.176	5.856.761	6.813.945
Recursos livres		15.701.790	13.245.161	34.967.873	30.718.768	Fundos financeiros e de desenvolvimento		2.423.581	2.375.728	2.429.549	2.375.736
Recursos PIS/PASEP		3.702.986	123.306	3.702.986	123.306	Fundo PIS/PASEP	16	1.850.716	1.785.601	1.850.716	1.785.601
Provisão para risco de crédito		(70.488)	(99.043)	(177.334)	(185.762)	Outros		572.865	590.127	572.865	590.135
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	9	20.213.924	19.446.603	21.442.578	20.515.022	Impostos e contribuições sobre o lucro	23	-	462.097	551.960	1.371.711
Operações de crédito		20.518.811	19.856.330	21.835.401	20.947.349	Outros impostos e contribuições		59.676	68.535	110.111	105.258
Recursos livres		18.954.611	17.700.346	20.271.201	18.791.365	Cretores vinculados a liquidação de operação de câmbio		-	-	96.265	107.005
Recursos PIS/PASEP		778.353	1.150.658	778.353	1.150.658	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		-	1.589.345	-	1.589.345
Recursos Fundo da Marinha Mercante		785.847	1.005.326	785.847	1.005.326	Provisões trabalhistas e cíveis	24	1.229	3.952	7.059	9.372
Provisão para risco de crédito		(304.887)	(409.727)	(392.823)	(432.327)	Contas a pagar - FAPES	29.1	21.634	18.070	28.875	24.150
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		3.277.949	3.598.809	4.077.594	4.377.066	Vinculadas ao Tesouro Nacional	32.2	6.523	2.366	128.862	62.241
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	5.177	225.272	227.826	Provisão para programa de desligamento de funcionários	31	30.535	56.404	42.690	80.690
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários		-	-	(1.766)	(21.978)	Impostos e contribuições diferidos	23.2	41.771	26.013	58.189	38.368
Direitos recebíveis	10	141.210	125.444	209.125	135.516	Passivo atuarial - FAMS	29.2	10.839	13.285	16.308	19.258
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(306)	(2.390)	(1.798)	(5.738)	Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	28	119.223	237.273	119.223	237.273
Créditos tributários	23.2	252.406	184.389	491.818	563.844	Instrumentos financeiros derivativos - renda variável		-	-	483.569	-
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	23.1	160.066	4.823	422.025	453.022	Obrigações por depósitos a apropriar		881.923	381.774	881.923	381.774
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12	997.577	965.961	725.545	727.139	Diversas		445.005	370.334	902.178	411.764
Adiantamentos por depósito em garantia		139.679	136.583	471.148	151.478	<b>INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA</b>		682.551	200.700	682.551	200.700
Direitos a receber - Eletrobrás	13	1.443.486	875.000	1.443.486	875.000	Secretaria do Tesouro Nacional	22	682.551	200.700	682.551	200.700
Diversos	14	143.831	1.303.977	1.270.957	1.270.957	<b>DÍVIDAS SUBORDINADAS</b>		2.985.471	2.722.623	2.985.471	2.722.623
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>		284.376	245.687	285.459	296.497	FAT constitucional	19.1	2.985.471	2.722.623	2.985.471	2.722.623
Outros valores e bens		10.934	11.707	10.934	11.707	Outras dívidas subordinadas		2.985.471	2.722.623	2.985.471	2.722.623
Despesas antecipadas		273.442	233.980	274.525	284.790	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		441.560.333	318.981.883	466.037.688	327.246.982
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		456.709.081	334.565.126	458.876.906	318.232.227	<b>OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS</b>		21.573.637	22.970.880	21.573.637	22.970.880
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		364.845.750	290.953.187	447.169.463	284.180.919	Depósitos especiais - FAT	19.2	21.573.637	22.970.880	21.573.637	22.970.880
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	7	28.245.231	35.773.182	130.215.535	43.736.323	<b>OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES</b>	21	6.178.973	6.668.324	11.872.515	10.205.560
Debêntures disponíveis para venda	8.1	1.935.075	1.356.960	13.694.731	3.622.240	<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES</b>		263.017.844	150.809.628	265.493.140	154.650.333
Debêntures mantidas até o vencimento	8.2	2.716.905	2.711.557	3.775.348	8.592.173	Empréstimos no país	20.1	5.112.146	5.415.826	5.112.146	5.415.826
Provisão para risco de crédito - Debêntures	8.2.4	(2.670)	(81.262)	(3.331)	(264.017)	Empréstimos no exterior	20.1	6.669.600	4.004.760	6.669.600	4.004.760
Títulos públicos		16.923.324	31.785.927	16.923.324	31.785.927	Bônus		6.669.600	4.004.760	6.669.600	4.004.760
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	15.1	6.672.597	-	95.825.463	-	Repasse no país		239.549.435	130.387.025	242.024.731	134.227.730
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	9	173.449.247	116.347.781	141.743.688	90.964.341	Tesouro Nacional	20.1	233.122.244	125.533.832	235.706.773	130.012.159
Repasse interfinanceiros		174.081.600	117.216.198	142.650.190	92.014.626	Controladas	20.1	109.234	637.622	-	-
Recursos livres		150.200.231	91.920.642	118.768.821	66.719.070	Fundo da Marinha Mercante	20.1	6.288.555	4.181.493	6.288.555	4.181.493
Recursos PIS/PASEP		23.881.369	25.295.556	23.881.369	25.295.556	Outras		29.402	30.078	29.403	34.078
Provisão para risco de crédito		(632.353)	(868.417)	(906.502)	(1.050.285)	Repasse no exterior - Instituições multilaterais	20.1	11.686.663	11.002.017	11.686.663	11.002.017
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	9	154.113.858	134.362.151	159.895.202	141.535.120	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		30.534.577	29.541.402	46.843.094	30.428.560
Operações de crédito		156.438.360	137.193.072	162.633.480	144.517.768	Fundos financeiros e de desenvolvimento		28.976.891	28.257.782	28.976.891	28.257.782
Recursos livres		148.434.315	130.261.317	154.629.435	137.586.013	Fundo PIS/PASEP	16	28.976.891	28.257.782	28.976.891	28.257.782
Recursos PIS/PASEP		2.051.953	3.119.136	2.051.953	3.119.136	Contas a pagar - FAPES	29.1	519.001	502.854	673.575	653.361
Recursos Fundo Marinha Mercante		5.952.092	3.812.619	5.952.092	3.812.619	Provisões trabalhistas e cíveis	24	118.928	141.433	654.509	683.528
Provisão para risco de crédito		(2.324.502)	(2.830.921)	(2.738.278)	(2.982.648)	Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	28	115.082	-	115.082	-
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		9.037.414	4.470.073	15.315.038	7.945.135	Passivo atuarial - FAMS	29.2	604.264	492.727	761.510	661.140
Créditos tributários	23.2	415.720	353.786	870.426	939.292	Provisão para programa de desligamento de funcionários	31	35.602	38.425	52.453	56.514
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	1.054.650	879.699	Impostos e contribuições diferidos	23.2	164.809	108.181	15.609.074	116.235
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários		-	-	(8.491)	(8.852)	<b>INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA</b>		12.551.465	12.188.216	12.551.465	12.188.216
Direitos recebíveis	10	919.105	924.935	2.512.600	934.430	Secretaria do Tesouro Nacional	22	12.551.465	12.188.216	12.551.465	12.188.216
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(1.988)	(17.621)	(36.987)	(20.779)	Outros instrumentos híbridos de capital e dívida		4.932.695	4.645.416	4.997.966	4.113.118
Créditos perante o Tesouro Nacional	32.1	1.784.273	409.483	3.547.589	785.813	Elegível a capital		7.618.770	7.542.800	7.553.499	8.075.098
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12	-	-	1.183.848	1.405.138	<b>DÍVIDAS SUBORDINADAS</b>		107.703.837	96.803.433	107.703.837	96.803.433
Direitos a receber - Eletrobrás	13	5.728.708	2.625.000	5.728.708	2.625.000	FAT Constitucional	19.1	107.703.837	96.803.433	107.703.837	96.803.433
Incentivos fiscais		191.596	174.490	462.695	405.394	Outras dívidas subordinadas		88.795.176	80.647.531	88.764.881	80.671.778
<b>INVESTIMENTOS</b>	15	91.724.009	43.503.563	11.568.121	33.942.932	Elegível a capital		18.908.661	16.155.902	18.938.956	16.131.655
Participações em controladas e coligadas	15.2	91.496.545	43.376.227	11.340.657	11.999.177	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	25	65.899.265	27.628.044	65.899.265	27.628.044
Participações em outras empresas	15.2.4	184.136	84.008	184.136	21.900.427	Capital social		29.557.415	20.260.881	29.557.415	20.260.881
Outros investimentos	15.2.5	43.328	43.328	43.328	43.328	Reserva de capital		106.631			

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
 (Em milhares de reais)**

	Capital Social	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2010	20.260.881	106.631	1.519.676	99.708	1.701.914	3.814.428	109.463	15.343	-	27.628.044
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	231.449	231.449
Aumento de capital (Nota 25)	9.296.534	(106.631)	(1.182.918)	(58.678)	(748.307)	-	-	-	-	7.200.000
Reversão de reservas	-	-	-	-	(953.607)	(3.814.428)	-	-	-	4.768.035
Dividendos complementares (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.768.035)	(4.768.035)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	(16.274)	29.188.020	-	29.171.746
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	9.913.322	9.913.322
Destinação do Resultado (Nota 25):										
. Remuneração ao Acionista	-	-	-	-	-	-	-	-	(738.365)	(738.365)
. Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(771.600)	(771.600)
. Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.967.296)	(1.967.296)
. Reserva legal	-	-	507.239	-	-	-	-	-	(507.239)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	20.185	-	-	-	-	(20.185)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.442.602	-	-	-	(1.442.602)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	4.697.484	-	-	(4.697.484)	-
Em 31 de dezembro de 2010	29.557.415	-	843.997	61.215	1.442.602	4.697.484	93.189	29.203.363	-	65.899.265
Mutações no exercício	9.296.534	(106.631)	(675.679)	(38.493)	(259.312)	883.056	(16.274)	29.188.020	-	38.271.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO  
 SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
 (Em milhares de reais)**

	Capital Social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total	
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios			De ativos de coligadas e controladas
Em 1º julho de 2010	22.357.415	2.700.000	336.758	41.030	953.607	215.293	68.719	336.656	3.570.626	30.580.104
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	231.449	231.449
Aumento de capital (Nota 25)	7.200.000	(2.700.000)	-	-	-	-	-	-	-	4.500.000
Reversão de reservas	-	-	-	-	(953.607)	(215.293)	-	-	-	1.168.900
Dividendos complementares (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.168.900)	(1.168.900)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	24.470	28.866.707	-	28.891.177
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.342.696	6.342.696
Destinação do Resultado (Nota 25):										
. Remuneração ao Acionista	-	-	-	-	-	-	-	-	(738.365)	(738.365)
. Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(771.600)	(771.600)
. Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.967.296)	(1.967.296)
. Reserva legal	-	-	507.239	-	-	-	-	-	(507.239)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	20.185	-	-	-	-	(20.185)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.442.602	-	-	-	(1.442.602)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	4.697.484	-	-	(4.697.484)	-
Em 31 de dezembro de 2010	29.557.415	-	843.997	61.215	1.442.602	4.697.484	93.189	29.203.363	-	65.899.265
Mutações no semestre	7.200.000	(2.700.000)	507.239	20.185	488.995	4.482.191	24.470	28.866.707	(3.570.626)	35.319.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
 (Em milhares de reais)**

	Capital Social	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2009	13.879.407	106.631	1.182.918	58.678	748.307	2.920.942	156.963	4.684	6.208.091	25.266.621
Aumento de capital (Nota 25)	6.381.474	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	4.381.474
Dividendos complementares (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.129.034)	(7.129.034)
Reversão de Reserva de margem operacional (Nota 25)	-	-	-	-	-	(2.920.942)	-	-	2.920.942	-
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	(47.500)	10.659	-	(36.841)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.735.169	6.735.169
Destinação do Resultado (Nota 25):										
. Reserva legal	-	-	336.758	-	-	-	-	-	(336.758)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	41.030	-	-	-	-	(41.030)	-
. Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.207.798)	(1.207.798)
. Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(381.547)	(381.547)
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	953.607	-	-	-	(953.607)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	3.814.428	-	-	(3.814.428)	-
Em 31 de dezembro de 2009	20.260.881	106.631	1.519.676	99.708	1.701.914	3.814.428	109.463	15.343	-	27.628.044
Mutações no exercício	6.381.474	-	336.758	41.030	953.607	893.486	(47.500)	10.659	(6.208.091)	2.361.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E  
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
 (Em milhares de reais)**

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2010	Exercício 2010	Exercício 2009	2º semestre de 2010	Exercício 2010	Exercício 2009
<b>Atividades operacionais</b>						
Lucro líquido do semestre / exercício	6.342.696	9.913.322	6.735.169	6.342.696	9.913.322	6.735.169
Ajustes que não afetam as disponibilidades	(4.007.131)	(7.137.194)	(4.621.528)	(972.318)	(2.840.466)	(1.173.858)
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	(831.334)	(3.032.062)	21.588	(916.028)	(2.851.778)	5.703
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	(16.925)	(22.536)	(642.356)	(5.126)	(26.436)	(584.812)
Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos	-	-	-	(301.147)	144.395	373.549
Resultado de participações em coligadas e controladas	(3.153.165)	(4.054.643)	(4.155.579)	12.180	(439.393)	(778.115)
Depreciação e amortização	8.372	16.485	16.346	29.793	23.720	21.113
Amortização de ágio	-	-	-	168.035	29.793	-
Realização (constituição) líquida de créditos tributários	(14.079)	(44.438)	138.473	39.975	279.231	(211.296)
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	14.694.707	8.875.032	12.189.153	(55.404.942)	(63.600.861)	(4.736.271)
. Aumento líquido em créditos por financiamento	(49.396.402)	(80.675.926)	(54.857.266)	(43.811.946)	(75.245.389)	(67.473.201)
. Diminuição / (aumento) líquida em títulos e valores mobiliários	49.177.550	(2.437.443)	(26.579.561)	(42.265.617)	(96.845.992)	(31.383.997)
. Diminuição / (aumento) líquida nas demais contas do ativo	(1.858.410)	(1.623.825)	(3.361.612)	(5.244.628)	(6.043.421)	(4.960.631)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	27.934.183	111.251.711	90.129.810	28.324.028	113.642.206	90.343.498
. Aumento líquido de instrumento híbrido de capital	316.060	845.100	6.364.982	316.060	845.100	6.364.982
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(10.039.370)	(13.740.763)	5.293.780	(10.039.370)	(13.740.763)	5.293.780
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por emissões de debêntures	(131.557)	(232.866)	(43.336)	2.066.781	2.167.652	1.253.475
. Diminuição líquida nas demais contas do passivo	848.005	(2.355.364)	(5.215.709)	19.864.632	16.233.983	(3.107.378)
. IR e CSLL pagos	(2.155.352)	(2.155.592)	458.065	(4.614.882)	(4.614.237)	(1.066.799)
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais</b>	17.030.273	11.651.160	14.302.794	(50.034.564)	(56.528.007)	825.040
<b>Atividades de investimentos</b>						
. Diminuição de (aumento) líquido do ativo permanente	(11.978.046)	(13.094.368)	(17.641.716)	54.323.222	55.172.645	(4.415.782)
. Recebimento de dividendos de coligadas	-	965.961	(840.176)	467.893	495.108	495.727
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos</b>	(11.978.046)	(12.128.407)	(18.481.892)	54.791.115	55.667.753	(3.920.055)
<b>Atividades de financiamentos</b>						
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	5.340.130	11.163.252	8.210.938	5.340.130	11.163.252	8.210.938
. Pagamento de dividendos	(922.862)	(2.511.324)	(8.448.494)	(1.028.212)	(2.616.674)	(8.448.494)
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos</b>	4.417.268	8.651.928	(237.556)	4.311.918	8.546.578	(237.556)
<b>Aumento / redução das disponibilidades</b>	9.469.494	8.174.681	(4.416.654)	9.068.469	7.686.324	(3.332.571)
Modificação na posição financeira						
<b>Início do semestre / exercício</b>	2.477.608	3.772.421	8.189.075	5.027.084	6.409.229	9.741.800
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	2.477.608	3.772.421	8.189.075	5.027.084	6.409.229	9.741.800
<b>Final do semestre / exercício</b>	11.947.102	11.947.102	3.772.421	14.095.553	14.095.553	6.409.229
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	11.947.102	11.947.102	3.772.421	14.095.553	14.095.553	6.409.229
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	9.469.494	8.174.681	(4.416.654)	9.068.469	7.686.324	(3.332.571)

(1) Inclui Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)**

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2010	Exercício 2010	Exercício 2009	2º semestre de 2010	Exercício 2010	Exercício 2009
<b>RECEITAS</b>	<b>12.966.936</b>	<b>31.512.024</b>	<b>7.809.644</b>	<b>17.251.196</b>	<b>37.529.776</b>	<b>14.444.669</b>
Intermediação financeira	11.776.469	28.028.442	9.135.164	13.661.188	30.908.241	13.202.194
Outras receitas operacionais	359.133	451.520	(1.303.932)	2.673.980	3.769.757	1.248.178
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	831.334	3.032.062	(21.588)	916.028	2.851.778	(5.703)
<b>DESPESAS</b>	<b>8.488.483</b>	<b>21.972.752</b>	<b>2.803.640</b>	<b>9.086.942</b>	<b>23.891.415</b>	<b>6.475.995</b>
Intermediação financeira	8.304.836	21.573.365	3.096.919	8.956.626	23.517.949	5.343.238
Outras despesas operacionais	183.647	399.387	(293.279)	130.316	373.466	1.132.757
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>107.797</b>	<b>166.935</b>	<b>176.338</b>	<b>197.047</b>	<b>386.518</b>	<b>604.989</b>
Materiais, energia e outros	14.848	25.448	31.911	21.642	37.500	41.865
Serviços de terceiros	92.949	141.487	144.427	135.430	204.623	189.575
Perda (recuperação) de valores ativos	-	-	-	39.975	144.395	373.549
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>4.370.656</b>	<b>9.372.337</b>	<b>4.829.666</b>	<b>7.967.207</b>	<b>13.251.843</b>	<b>7.363.685</b>
<b>RETENÇÕES</b>	<b>8.372</b>	<b>16.485</b>	<b>16.346</b>	<b>12.179</b>	<b>23.720</b>	<b>21.113</b>
Depreciação, amortização e exaustão	8.372	16.485	16.346	12.179	23.720	21.113
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>4.362.284</b>	<b>9.355.852</b>	<b>4.813.320</b>	<b>7.955.028</b>	<b>13.228.123</b>	<b>7.342.572</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>3.227.644</b>	<b>4.129.525</b>	<b>4.155.716</b>	<b>1.450.515</b>	<b>2.742.934</b>	<b>3.204.563</b>
Resultado de equivalência patrimonial	3.153.165	4.054.643	4.155.579	301.147	439.393	778.115
Dividendos e juros sobre capital próprio	74.479	74.882	137	1.149.368	2.303.541	2.426.448
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>7.589.928</b>	<b>13.485.377</b>	<b>8.969.036</b>	<b>9.405.543</b>	<b>15.971.057</b>	<b>10.547.135</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>7.589.928</b>	<b>13.485.377</b>	<b>8.969.036</b>	<b>9.405.543</b>	<b>15.971.057</b>	<b>10.547.135</b>
Pessoal e encargos	303.454	567.245	609.646	450.855	842.031	805.613
Participação dos empregados nos lucros	106.736	106.736	65.588	159.307	159.307	86.300
Impostos, taxas e contribuições	819.014	2.873.617	21.336	1.545.653	5.019.894	2.902.974
Aluguéis	18.028	24.457	12.980	26.907	36.503	17.079
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.477.261	45,8%	1.589.345	3.477.261	37,0%	1.589.345
Lucros retidos	2.865.435	37,8%	6.436.061	5.145.824	30,4%	5.145.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Miguel Jorge – Presidente  
Luciano Galvão Coutinho – Vice-Presidente  
Alessandro Golombiewski Teixeira  
Carlos Roberto Lupi  
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira  
Artur Henrique da Silva Santos  
Paulo Bernardo Melin  
Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva  
Pedro Luiz Carneiro de Mendonça

**DIRETORIA:**

Luciano Galvão Coutinho – Presidente  
Armando Mariante Carvalho Junior – Vice-Presidente  
João Carlos Ferraz  
Elvio Lima Gaspar  
Eduardo Rath Fingerl  
Maurício Borges Lemos  
Wagner Bittencourt de Oliveira  
Luiz Fernando Linck Dorneles

**CONSELHO FISCAL:**

Reginaldo Braga Arcuri  
Carlos Eduardo Esteves Lima  
André Luiz Barreto de Paiva Filho  
Clayton Campanhola – Suplente  
Francisco Moreira da Cruz Filho – Suplente  
Eduardo Coutinho Guerra – Suplente

**SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:**

Selmo Aronovich

**CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:**

Vânia Maria da Costa Borgerth - CRC-RJ 064.817/4

**COMITÊ DE AUDITORIA:**

João Paulo dos Reis Velloso  
Attilio Guaspari  
Paulo Roberto Vales de Souza

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Acionista e Administradores do  
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES  
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, as demonstrações financeiras de certas sociedades coligadas, nas quais a controlada BNDES Participações S.A. - BNDESPAR possui investimentos em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$3.921.961 mil e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totaliza R\$528.064 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, utilizadas para fins de avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, foram elaboradas com base nas normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Não foi possível quantificar os efeitos, caso essas demonstrações financeiras tivessem sido preparadas com base nas normas contábeis com vigência para 2010.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, com exceção dos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 31 de dezembro de 2010, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2010, individual e consolidada, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração não é obrigatória para o Banco, sendo uma informação suplementar, a qual foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de janeiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiram divisão de responsabilidade, portanto, as demonstrações financeiras de empresas coligadas em que a controlada BNDES Participações S.A. - BNDESPAR possuía investimentos em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$8.306.612 mil, que representava 2,15% do total dos ativos consolidados e 30,07% do patrimônio líquido e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totalizava R\$528.321 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, cujos pareceres não continham ressalva. Nossa opinião no que se refere aos valores desse investimento e do correspondente resultado de equivalência patrimonial foi baseada nos pareceres daqueles outros auditores.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida  
Contador  
CRC 1RJ 036.206/O-5

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

**1- INTRODUÇÃO**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o caput do artigo 11, da Resolução nº 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente. Atualmente é composto por três membros, sendo que o seu coordenador atualmente é membro do Conselho de Administração da BNDESPAR, já tendo exercido diversos mandatos em Conselhos de Administração das empresas do Sistema BNDES.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

**2- ATIVIDADES**

Durante o exercício de 2010, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias tratadas destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, para as quais foi criada uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como há um Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a da plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretaria executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades no âmbito da unidade de Tecnologia de Informação e Processo;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à migração da contabilidade para as normas internacionais, *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes; e
- política do Sistema no âmbito ao fortalecimento e internacionalização do setor frigorífico.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), para analisar e discutir os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A - BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões ocorreram tanto quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), como quando da análise das demonstrações do primeiro semestre e do exercício de 2010.

As demonstrações da BNDESPAR e do consolidado do Sistema BNDES, a partir do exercício de 2010, inclusive, passam a ser apresentadas segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, teve como reflexo mais significativo a mudança do critério de contabilização do investimento em participações societárias, que não se caracterizam como investimentos em coligadas. Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, registrados em conta de Títulos e Valores

Mobiliários e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo. O impacto bruto dessa alteração foi um acréscimo de R\$ 43,3 bilhões, no Ativo Total, que correspondeu a 82% do valor anterior da carteira. O impacto líquido no Patrimônio Líquido, descontada a provisão para o Imposto de Renda a ser pago quando da monetização desses ativos, foi de R\$ 29,4 bilhões.

O parecer emitido pela Deloitte, referente ao exercício de 2010, apresentou uma ressalva decorrente do fato de que duas empresas coligadas, do setor de energia, não apresentaram suas demonstrações financeiras segundo os critérios do IFRS. As empresas do setor elétrico, em virtude de indefinições sobre alguns procedimentos básicos para adequação às novas normas, vinham adotando os critérios contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, a parcela do resultado dessas duas empresas, incorporada aos resultados do Sistema BNDES por equivalência patrimonial, foi apurada com base nos critérios anteriores à adoção do IFRS.

Afora essa ressalva, o parecer atesta que as demonstrações financeiras do BNDES, de suas subsidiárias e dos fundos por ele administrados foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A carteira de participações, que teve expressiva recuperação, após a crise financeira que se iniciou no segundo semestre de 2008, foi responsável por significativa parcela do resultado do Sistema. Em 2010 esse resultado foi de R\$ 6,2 bilhões, contra R\$ 4,0 bilhões em 2009. Desses resultados, a alienação de ativos foi responsável por R\$ R\$ 3,2 bilhões em 2010, sendo que em 2009 a alienação gerou um resultado de R\$ 1,2 bilhão.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 98,5% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 92,6% no Sistema Financeiro Nacional.

No exercício de 2010, além da implementação das normas do IFRS nas demonstrações financeiras, destacam-se os seguintes aspectos.

- o ingresso de recursos oriundos do Tesouro Nacional, sob a forma de empréstimo, no valor de R\$ 104,7 bilhões, que vêm se somar aos R\$ 100,0 bilhões, originários da mesma fonte, que ingressaram em 2009;
- a recuperação de Créditos em Liquidação, decorrente da renegociação da dívida da Southern Eletric do Brasil, SEB, agora sob novo controle acionário. Essa recuperação gerou uma receita com reversão de Provisão para Risco de Crédito de R\$ 2,1 bilhões;
- aporte de capital do BNDES, pela União, de R\$ 7,2 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões mediante a transferência de ações da Petrobrás e R\$ 2,7 bilhões mediante a transferência de direitos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital na Eletrobrás; e
- aquisição de ações da Petrobrás, no valor de R\$ 24,7 bilhões, sendo R\$ 22,4 bilhões pela BNDESPAR e R\$ 2,3 bilhões pelo BNDES;

Como fato subsequente, destaca para o Decreto nº 7.439, de 16 de fevereiro de 2011, que entre outras providências autorizou o aumento de capital do BNDES, de até R\$ 6,4 bilhões, mediante a transferência de ações da Petrobrás.

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se confortavelmente enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basileia de 18,6%, quando o mínimo é 11%; Índice de Exposição de 45%, quando o teto máximo é de 30%; Índice de Exposição ao Setor Público de 19,3% contra um limite superior de 25%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 0,4%, sendo que o limite máximo é 50%.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente, não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES. A esse respeito, vale registrar que a Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, emitiu, em 18 de junho de 2008, Certificado de Auditoria considerando Regular, Sem Ressalvas, a gestão dos administradores do Sistema BNDES durante o exercício de 2007. Em 2008, o Tribunal de Contas da União, TCU, julgou as contas de todas as empresas do Sistema BNDES, e fundos administrados, relativas ao exercício de 2006. Todas as contas foram aprovadas como Regulares, sendo a maioria Sem Ressalvas. No exercício de 2009, o TCU julgou regulares com ressalvas as contas do Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade, FGPC, relativa ao exercício de 2007, e do BNDES, relativa ao exercício de 2005.

Em 2010, o TCU julgou regulares as contas do BNDES, FINAME e BNDESPAR referentes a 2007 e 2008. O julgamento relativo às contas de 2007 se deu em 24 de setembro; e o relativo às contas de 2008 se deu em 19 de outubro.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que se manifeste favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2010.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2011.

João Paulo dos Reis Velloso  
Coordenador  
Attilio Guaspari  
Membro  
Paulo Roberto Vales de Souza  
Membro

**BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR**  
CNPJ Nº 00.383.281/0001-09

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2010**

**Senhor acionista e demais interessados:**

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações financeiras anuais da BNDES Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e, quando aplicável, em consonância com as normas seguidas pelo seu acionista controlador, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

**I. CENÁRIO MACROECONÔMICO**

A recente situação fiscal dos países da Zona do Euro vem se consolidando como um ponto vulnerável da recuperação da economia mundial. O expressivo crescimento dos déficits fiscais a partir de 2007-2008, cuja intenção seria combater os efeitos recessivos da crise internacional, gerou forte elevação do endividamento público como proporção do PIB na Europa, em especial de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. Essa combinação vem desencadeando uma aguda desconfiança nos mercados internacionais, elevando os custos não apenas de novas emissões de dívida soberana por esses países, mas também de rolagem/refinanciamento dos compromissos vigentes. Mesmo com a adoção de um pacote de financiamento à região no valor de € 750 bilhões, arquitetado pelas principais economias da Zona do Euro, os *spreads* de CDS – *Credit Default Swap* (uma medida de risco) dos países em situação fiscal mais frágil continuam em níveis elevados.

Ao longo do segundo semestre de 2010, a principal novidade na economia internacional foi o novo ciclo de quantitative easing (QE2) levado a cabo pelo FED, banco central americano. Essa política, de expansão monetária com compra de títulos visava a estimular a retomada da economia americana. Os principais efeitos, porém, fizeram-se sentir nos mercados cambiais, de commodities e financeiros. Diversos países viram suas moedas se valorizarem perante o dólar nesse período. Em reunião do G-20, chegou-se a cunhar a expressão “Guerra Cambial” para caracterizar o momento. Outro mercado que foi profundamente afetado pelo QE2 foi o de commodities, cujos preços já recuperaram ou até mesmo ultrapassaram os recordes observados em 2007. Esse movimento levou a um aumento na inflação em diversos países, no Brasil inclusive. A China, que mantém sua moeda relativamente atrelada ao dólar, e que tem um peso relevante de alimentos na composição de sua inflação, já iniciou um ciclo de aperto monetário.

No Brasil, o cenário econômico, ao final de 2010, mostrou-se benigno no que diz respeito ao crescimento econômico. O PIB a preços de mercado registrou, no terceiro trimestre de 2010, crescimento de 6,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse resultado deveu-se, basicamente, à formação bruta de capital fixo, que cresceu 21,2% no terceiro trimestre de 2010 em relação ao mesmo período do ano passado. O consumo das famílias - crescimento de 5,9% no mesmo período - já apresenta sinais de desaceleração na margem enquanto o investimento mantém o crescimento marginal robusto.

Com relação ao balanço de pagamentos, as transações correntes apresentaram um déficit de US\$ 11,4 bilhões (2,3% do PIB em 12 meses), saldo ligeiramente superior ao observado no mesmo período de 2009 (1,17% do PIB em 12 meses). As exportações do terceiro trimestre de 2010 foram 11,3% superiores àquelas do período equivalente em 2009, ao passo que as importações sofreram aumento de 40,9%. O déficit em transações correntes pode ser explicado pela desvalorização do dólar frente ao real, resultado deficitário de serviços e rendas (US\$ 50,5 bilhões acumulados de janeiro até setembro de 2010 contra US\$ 35,8 bilhões no mesmo período de 2009), assim como o crescente déficit de viagens internacionais (US\$ 3 bilhões no terceiro trimestre de 2010 contra US\$ 1,7 bilhões no mesmo trimestre de 2009). O resultado líquido da conta de capitais avançou 52%, passando de US\$ 205 milhões para US\$ 312 milhões entre 2009 e 2010.

No que diz respeito à inflação, o IPCA apresentou variação de 5,9% em 12 meses. Alimentos e bebidas foram os principais responsáveis por este resultado, por apresentarem alta nos preços de itens específicos como carnes, açúcar e trigo. Para 2011, as expectativas apontam para uma inflação acima do centro, da meta. No entanto, é de se esperar que o ciclo de expansão dos preços das commodities arrefeça, reduzindo, assim, as pressões inflacionárias no médio prazo.

Para 2011, espera-se que a economia brasileira siga crescendo, porém a uma taxa mais próxima de 4,5%, novamente impulsionada pela expansão da demanda doméstica. O destaque é a forte retomada dos investimentos. O crescimento do Brasil em 2011, acima da média mundial, virá acompanhado de maior déficit em transações correntes.

**II. A EMPRESA**

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, constituída em 1982, subsidiária integral do BNDES. Sua atuação é pautada pelas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. A BNDESPAR atua principalmente através de participações societárias de caráter minoritário e transitório, buscando oferecer apoio financeiro às empresas brasileiras sob a forma de capital de risco e, simultaneamente, estimular o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários.

Visando a possibilidade de negociar títulos de sua emissão em mercado, desde 1998 a BNDESPAR possui registro de empresa aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Desde 2001 as atividades operacionais da BNDESPAR estão totalmente integradas ao BNDES, sendo executadas principalmente por meio da Área de Mercado de Capitais (AMC) e da Área de Capital Empreendedor (ACE). Estas áreas reúnem profissionais especializados na análise de investimento e desinvestimento em ações, debêntures e fundos.

A AMC concentra as atividades de investimento, desinvestimento e acompanhamento da carteira de renda variável relacionada a grandes empresas, enquanto a ACE responde pelas atividades de renda variável relacionadas a operações diretas com pequenas e médias empresas e operações indiretas por meio de fundos fechados de investimentos. Esta segregação tem como objetivo intensificar as operações da BNDESPAR e melhor administrar os seus ativos.

**III. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/10**

**PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS**

Resultado	R\$ milhões, exceto percentuais					
	2010	2009	Evolução %	4º TRIM/10	4º TRIM/09	Evolução %
Resultado com Participações Societárias (RPS)	5.860	6.575	(10,9)	1.248	835	49,5
Resultado com Operações Financeiras	(275)	(597)	(53,9)	135	(208)	(164,9)
Outras receitas (despesas) operacionais	(380)	1.646	(123,1)	(189)	1.861	(110,2)
Tributação sobre o Lucro	(1.490)	(1.831)	(18,6)	(323)	(661)	(51,1)
Participação dos Empregados no Lucro	(46)	(17)	170,6	(46)	(17)	170,6
Lucro Líquido (LL)	3.669	5.776	(36,5)	825	1.810	(54,4)
<b>Resultado líquido da marcação a valor justo das debêntures e dos derivativos ligados a participações acionárias</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>Evolução %</b>	<b>4º TRIM/10</b>	<b>4º TRIM/09</b>	<b>Evolução %</b>
Resultado com Participações Societárias (RPS)	5.509	6.679	(17,5)	1.664	1.557	6,9
Tributação sobre o Lucro	(1.371)	(1.866)	(26,6)	(464)	(906)	(48,8)
Lucro Líquido (LL)	3.437	5.845	(41,2)	1.100	2.287	(51,9)
<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>DEZ / 10</b>	<b>DEZ / 09</b>	<b>Evolução %</b>	<b>DEZ / 10</b>	<b>SET / 10</b>	<b>Evolução %</b>
Ativo Total (AT)	125.823	108.753	15,7	125.823	121.335	3,7
Títulos e Valores Mobiliários <sup>1/</sup>	16.523	12.420	33,0	16.523	15.314	7,9
Outros Créditos	6.410	6.981	(8,2)	6.410	4.416	45,2
Participações Societárias <sup>2/</sup> (PS)	102.890	89.352	15,2	102.890	101.605	1,3
Obrigações por emissão de debêntures	6.000	3.599	66,7	6.000	3.821	57,0
Obrigações por empréstimos	14.276	9.232	54,6	14.276	29.928	(52,3)
Outras Obrigações	19.405	22.567	(15,6)	19.405	17.534	8,6
Patrimônio Líquido (PL)	86.502	73.355	17,9	86.502	70.052	23,5
	<b>2010</b>	<b>2009</b>		<b>4º TRIM/10</b>	<b>4º TRIM/09</b>	
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	68,75%	67,45%		68,75%	67,45%	
Participações Societárias/Ativo Total (PS / AT)	81,77%	82,16%		81,77%	82,16%	
Retorno s/ Ativos (LL / AT médio) <sup>3/</sup>	3,13%	6,74%		0,67%	1,78%	
Retorno s/ PL (LL / PL médio) <sup>4/</sup>	4,59%	11,11%		1,05%	2,79%	
Res.Part.Soc./ Part. Soc. (RPS / PS médio) <sup>5/</sup>	6,10%	9,39%		1,22%	0,98%	

<sup>1/</sup> Sem o total de participações em não coligadas <sup>3/</sup> ATmédio = (AT inicial + AT final) / 2.  
<sup>2/</sup> Inclui participações em coligadas (investimentos) e não coligadas (TVM) <sup>4/</sup> PLmédio = (PL inicial + PL final) / 2  
<sup>5/</sup> PSmédio = (PS inicial + PS final) / 2

Em 2010 a BNDESPAR aplicou todos os Pronunciamentos Contábeis e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os principais efeitos destas aplicações estão evidenciados na Nota Explicativa nº 3 às Demonstrações Contábeis de 31/12/10, e encontram-se resumidos a seguir:

- a) a marcação a valor justo dos investimentos em companhias não-coligadas, os quais passaram a ser classificadas como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e não mais como outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição. O ajuste a valor justo desta carteira é contabilizado em contrapartida a conta específica de patrimônio líquido denominada ajuste de avaliação patrimonial;
- b) a reversão da provisão para risco de crédito registrada com base na Resolução CMN 2.682/99 aplicada pelo Banco Central às instituições financeiras e até então adotada pela BNDESPAR de forma a estar alinhada com as práticas de seu controlador, o BNDES. O registro da provisão passou a ser efetuado com base em indicadores de perda incorrida e não mais perda esperada;
- c) o registro e a marcação a valor justo dos derivativos embutidos em debêntures que apresentem cláusulas de conversibilidade ou permuta; e
- d) o registro e marcação a valor justo de derivativos isolados vinculados a participações societárias.

Os ajustes a valor justo dos derivativos citados nos itens c) e d) acima são contabilizados no ativo/passivo com contrapartida no resultado de participações societárias. O quadro acima apresenta o resultado com participações societárias, a tributação sobre o lucro líquido e lucro líquido sem estes efeitos. Entretanto, ressalta-se que representa um resultado econômico cuja realização financeira depende de eventos futuros.

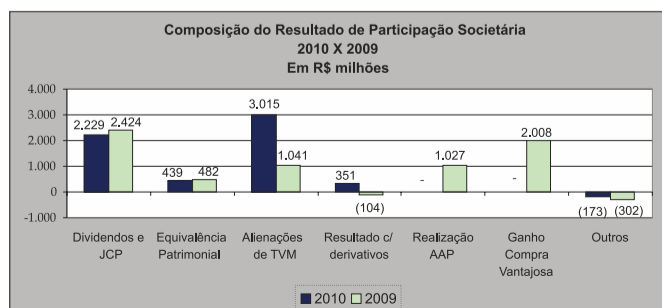
A seguir apresenta-se a análise do resultado de 2010 contemplando na íntegra a aplicação das normas contábeis em vigor.

**RESULTADO**

A BNDESPAR apurou lucro líquido de R\$ 3.670 milhões no exercício de 2010, o que representa uma redução de 36,5% em relação ao exercício de 2009. A formação deste resultado destaca-se o decréscimo do resultado de participações societárias e das outras receitas (despesas) operacionais. A redução expressiva deste grupo, de 123,1%, deve-se ao registro excepcional de atualização monetária de dividendos declarados pela Eletrobrás em dezembro de 2009, relativos aos exercícios de 1979 a 1998. Este e outros serão apresentados com mais detalhes na análise do resultado a seguir.

**Resultado de Participações Societárias**

A composição do resultado com participações societárias está demonstrada no gráfico a seguir. Observa-se que o resultado de alienações juntamente com a receita de dividendos e JCP foram os valores que mais contribuíram na formação do resultado de participações societárias de 2010. Em 2009, destacaram-se os impactos do ganho por compra vantajosa em operações de reestruturação societária em que a BNDESPAR participou e a realização de ajuste de avaliação patrimonial por conta de mudança no critério de avaliação de investimentos de “TVM disponível para venda”, avaliado pelo valor justo, para “investimento em coligada”, avaliado por equivalência patrimonial.



O resultado com alienações de TVM apresentou crescimento de 189,6% em comparação a 2009 devido às alienações de grande vulto realizadas neste exercício, a maior parte no 2º semestre. As principais operações realizadas em 2010 envolveram ações de Telemar Participações, Banco do Brasil, Petrobras, Rio Polímeros e Light, que juntas responderam por 68,2% deste resultado (R\$ 2.056 milhões).

Em 2009, as principais alienações envolveram ações de CSN, Light e LLX, cujos resultados obtidos somaram R\$ 876 milhões.

Historicamente, o resultado com alienações reflete a estratégia de giro da carteira de investimentos da BNDESPAR e visa contribuir com o orçamento de investimentos do Sistema BNDES, sempre aproveitando as oportunidades do mercado.

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio apresentou ligeira redução de 8,0% entre 2009 e 2010. As empresas com maior participação na receita de dividendos em 2010 foram: Petrobras (R\$ 950 milhões), Vale (R\$ 280 milhões), Light (R\$ 177 milhões), Valepar (R\$ 151 milhões), CPFL Energia (R\$ 121 milhões) e Eletrobras (R\$ 108 milhões), perfazendo um total de 80,2% da receita. Cabe ressaltar que estas empresas também foram destaques em 2009.

O resultado de equivalência patrimonial apurado no exercício de 2010 não apresentou variação relevante em comparação ao apurado no exercício de 2009 e reflete o desempenho das coligadas da BNDESPAR.

O resultado com derivativos reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos, os quais são divididos em dois grupos: derivativos isolados vinculados a participações societárias e derivativos embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis.

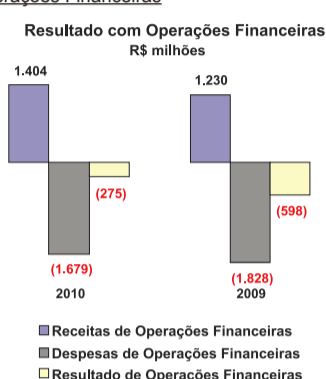
**Resultado de Operações Financeiras**

O resultado de operações financeiras da BNDESPAR em 2010 foi negativo em R\$ 275 milhões, o que representa uma melhora em relação aos R\$ 597 milhões, também negativos, apurados em 2009.

As receitas de operações financeiras são compostas pela remuneração de títulos e valores mobiliários, com destaque para debêntures e recursos disponíveis aplicados, pela remuneração da carteira de venda de ações a prazo, dos créditos contra o BNDES, pela remuneração dos fundos de investimento e pela receita de comissões e prêmios.

As despesas financeiras representam as encargos financeiros oriundos dos empréstimos contraídos com o BNDES e com a STN, bem como os encargos sobre as debêntures emitidas nos últimos cinco anos e o registro da provisão para redução ao valor recuperável.

**Receitas de Operações Financeiras**



O aumento de 14,1% nas receitas financeiras reflete o crescimento da receita com debêntures e o crescimento da remuneração das disponibilidades aplicadas, ambas devido ao aumento do saldo médio.

Houve ainda uma receita extraordinária de R\$ 522 milhões referente a prêmio recebido pela BNDESPAR em operação específica para postergação de prazo para conversão mandatória de debêntures, conforme previsto na escritura.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução no resultado com fundos de investimento, que passou de R\$ 454 milhões positivos em 2009 para R\$ 122 milhões negativos em 2010 devido à desvalorização das cotas dos fundos.

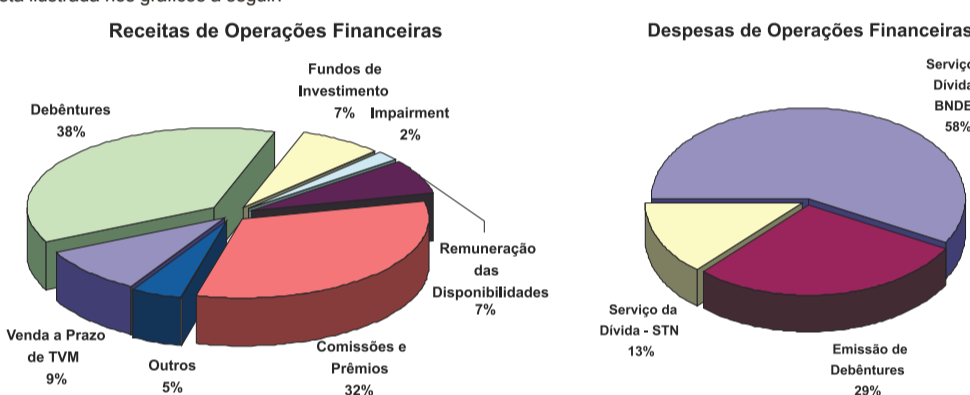
**Despesas de Operações Financeiras**

As despesas com operações financeiras apresentaram decréscimo de R\$ 149 milhões em relação ao exercício de 2009, destacando-se a redução do serviço da dívida com o BNDES em R\$ 360 milhões. Tal redução, por sua vez, decorreu da queda no saldo médio do passivo com o Banco em 33,9% por conta das capitalizações de mútuo realizadas em 2009 que totalizaram R\$ 20,3 bilhões.

Em 2010 o incremento no saldo de mútuo ocorreu somente no final do 3º trimestre por conta do repasse de R\$ 22.399 milhões utilizados pela BNDESPAR para integralização das ações adquiridas na capitalização da Petrobras. Em contrapartida, em dezembro de 2010 o BNDES aumentou o capital da BNDESPAR em R\$ 15.600 milhões mediante conversão de mútuo, o que contrabalançou aquele efeito.

O aumento de R\$ 224 milhões no serviço da dívida com emissão de debêntures decorreu da emissão de 1.250.000 debêntures simples realizada em dezembro de 2009 (R\$ 1,25 bilhões) e da emissão de 2.025.000 debêntures realizada em dezembro de 2010 (R\$ 2.025 milhões).

A proporção de cada grupo na composição do total das receitas e despesas com operações financeiras registradas em 2010 está ilustrada nos gráficos a seguir:



**Outras Receitas (Despesas) Operacionais**

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 380 milhões em 2010, o que representa uma redução de 123,1% em relação a 2009, quando foi registrada uma receita de R\$ 1.646 milhões. Essa redução deveu-se à atualização monetária (SELIC) dos dividendos declarados pela Eletrobrás, relativos ao período de 1979 a 1998, no valor de R\$ 1.985 milhões registrado em dezembro de 2009. É importante destacar que essa receita registrada em 2009 foi pontual e determinada por fato extraordinário. Em relação às despesas ordinárias, verificou-se aumento nas despesas com pessoal e com tributos de 51,3% e 23,6%, respectivamente. A despesa com pessoal é explicada pelo aumento do percentual de participação da BNDESPAR no sistema de rateio das despesas administrativas entre as empresas do Sistema BNDES (2009: 20% e 2010: 29%).

**ESTRUTURA PATRIMONIAL**

O ativo total da BNDESPAR atingiu R\$ 125.823 milhões em 31 de dezembro de 2010, o que representou crescimento de 15,7% em relação a 31 de dezembro de 2009. Este aumento, por sua vez, é explicado principalmente pelo acréscimo de 47,3% da carteira de debêntures e de 15,2% da carteira de investimentos em participações societárias.

**Principais Ativos**

O principal ativo da BNDESPAR está representado pela carteira de ações que, em 31/12/10, totalizou R\$ 102.890 milhões (81,8% do ativo total). Esta carteira encontra-se dividida de dois grupos: (i) investimentos em coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no total de R\$ 13.641 milhões em 31/12/10; e (ii) investimentos em não-coligadas, classificados como “TVM disponível para venda” e avaliados pelo valor justo, no total R\$ 89.249 milhões na mesma data.

A BNDESPAR é uma importante fonte de apoio financeiro às empresas através de valores mobiliários e mantém seus investimentos por um prazo médio de cinco anos, raramente detendo mais do que 33% do capital total de uma empresa. Apesar de serem transitórios por natureza, alguns dos investimentos da BNDESPAR são feitos por períodos mais longos, dependendo essencialmente do tempo de maturação dos investimentos realizados. Adicionalmente, no início dos anos 80, houve integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional com ações de empresas estatais. Essas ações foram transferidas posteriormente para a BNDESPAR, constituindo atualmente parte expressiva do valor da carteira de participações societárias da Emissora.

Dessa forma, as decisões de investimentos da BNDESPAR são pautadas por uma visão de longo prazo, o que lhe confere uma certa blindagem quanto às flutuações e crises de curto prazo do mercado de capitais, configurando-se, assim, em uma fonte segura de recursos para as empresas nacionais.

O segundo maior ativo da BNDESPAR está representado pela carteira de debêntures no total de R\$ 13.102 milhões (10,4% do ativo total) em 31/12/10. As debêntures são classificadas entre duas categorias: (a) debêntures designadas ao valor justo com contrapartida em resultado, avaliadas por modelos de precificação que consideram suas características; ou (b) empréstimos e recebíveis, avaliadas pelo custo amortizado.

As debêntures designadas são aquelas com cláusula de conversão, permuta ou que dispõem de bônus de subscrição e representam 91,9% do saldo da carteira de debêntures em 31/12/10.

O gerenciamento da carteira da BNDESPAR enfatiza a diversificação e o giro de ativos. Em 31 de dezembro de 2010, tal carteira compreendia títulos de emissão de 189 empresas (incluindo ações em 152 empresas) e de 38 fundos, com valores concentrados principalmente nos setores de petróleo e gás, mineração, energia elétrica, alimentos, papel/celulose e telecomunicações.

A distribuição setorial da Carteira de Investimentos da BNDESPAR, a valor justo em 31 de dezembro de 2010, encontra-se na tabela a seguir:

	Ações	Debêntures	Fundos	Derivativos Isolados	Total
<b>Petróleo e Gás</b>	41,2%	-	-	-	36,0%
<b>Mineração</b>	24,5%	9,8%	-	-	22,5%
<b>Energia Elétrica</b>	13,9%	0,0%	-	-	12,2%
<b>Alimentos</b>	4,7%	47,3%	-	-	9,1%
<b>Papel e celulose</b>	4,5%	0,1%	-	-	3,9%
<b>Telecomunicações</b>	2,0%	12,7%	-	15%	3,1%
<b>Siderurgia</b>	2,1%	0,0%	-	63%	2,0%
<b>Metalurgia</b>	0,2%	14,6%	-	-	1,8%
<b>Transportes</b>	1,5%	2,9%	-	-	1,6%
<b>Fd. Priv. Equity-PIQ</b>	-	0,0%	75,7%	-	1,3%
<b>Outros</b>	5,4%	12,6%	24,3%	22%	6,5%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

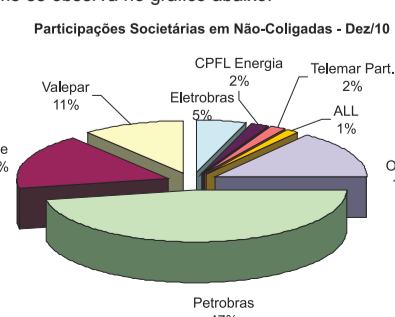
Em 31 de dezembro de 2010, a BNDESPAR possuía representantes em 9 (nove) Conselhos Fiscais e 28 (vinte e oito) Conselhos de Administração no universo de 152 empresas em que mantém participação acionária. Adicionalmente, possuía Acordo de Acionistas em 58 dessas empresas.

**a) Carteira de Ações (Participações Societárias)**

A carteira de participações societárias da BNDESPAR está dividida em dois grupos, conforme já mencionado: investimentos em coligadas e investimentos em não coligadas.

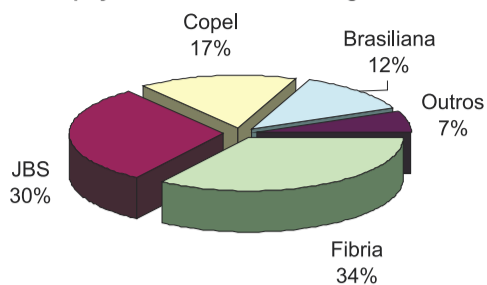
O saldo das participações em não-coligadas apresentou crescimento de 18,8% em 2010, passando de R\$ 75.121 milhões para R\$ 89.249 milhões. Cabe ressaltar que as mudanças no valor justo dessas participações correspondem a ganhos ou perdas econômicos não realizados, ou seja, sem efeito financeiro.

A principal operação de investimento realizada neste exercício foi a subscrição de 60.994.736 ações ON e 783.269.961 ações PN realizadas da Petrobras, no valor de R\$ 22.408 milhões, adquiridas como parte da operação de capitalização da companhia ação em setembro de 2010. Com este investimento a participação da Petrobras na carteira de não-coligadas na BNDESPAR atingiu 46,9%, conforme se observa no gráfico abaixo:



Os investimentos em coligadas em 31/12/10 atingiram R\$ 13.641 milhões, sem variação relevante em relação a 31/12/09. Segue composição destes investimentos em 31/12/10:

**Participações Societárias em Coligadas - Dez/10**



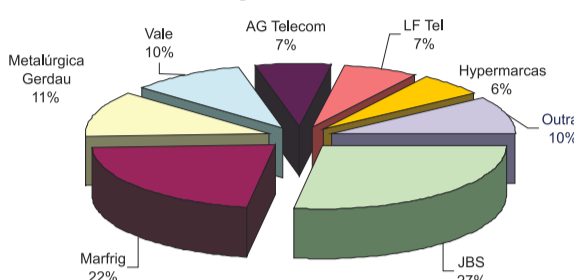
**b) Debêntures**

Conforme já mencionado, a carteira de debêntures da BNDESPAR está segregada em dois grupos: debêntures designadas a valor justo com contrapartida em resultado e empréstimos e recebíveis.

O valor contábil da carteira de debêntures alcançou R\$ 13.102 milhões em 31/12/10, o que representa um crescimento de R\$ 4.207 milhões em relação a 31/12/09. Este aumento decorreu principalmente das subscrições realizadas em 2010, no total de R\$ 3.770 milhões, sendo as operações de Marfrig e Hypermarcas responsáveis por cerca de 95% deste total.

Do total da carteira de debêntures, a parcela avaliada pelo valor justo correspondia a 92,3% em 31/12/10. Eis gráfico demonstrando a composição percentual desta carteira.

**Debêntures Designadas a Valor Justo - Dez/10**



O saldo de debêntures classificadas como empréstimos e recebíveis não apresentou variação relevante no exercício de 2010.

**c) Outros Créditos**

Compreendem os créditos a receber referentes à venda de Ações a Prazo, venda de debêntures a prazo, créditos com o BNDES e direitos recebíveis.

As operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, líquidas da provisão para redução ao valor recuperável, totalizaram R\$ 1.369 milhões. Este saldo caiu 59,0% em 2010 devido à liquidação de contrato de mútuo com o BNDES no valor de R\$ 1,9 bilhões.

O saldo de direitos recebíveis, líquido da provisão para redução ao valor recuperável, totalizou R\$ 1.647 milhões.

**d) Outros Ativos**

Compreende, principalmente, impostos a recuperar, créditos tributários, dividendos e juros sobre capital próprio a receber e incentivos fiscais.

Em 31/12/10 os dividendos a receber da Eletrobrás, relativos ao período de 1979 a 1998 e suportados por fato relevante publicado em 22/01/10, representavam 93,0% do saldo de R\$ 1.909 milhões referente a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

**Fontes de recursos**

As principais fontes de recursos da BNDESPAR são provenientes dos retornos e rendimentos de seus investimentos em participações societárias e debêntures e eventuais desinvestimentos. Adicionalmente, a BNDESPAR tem como fonte de recursos complementar os contratos de mútuo firmados com o BNDES. As condições financeiras destes contratos usualmente espelham as condições de custos e prazos do BNDES junto à sua principal fonte de recursos, o Tesouro Nacional (TN). A gestão financeira da BNDESPAR é feita de forma integrada à gestão das demais empresas do Sistema BNDES (FINAME e BNDES), sendo política do BNDES suprir as suas subsidiárias com os recursos requeridos para a execução de suas atividades de apoio financeiro às empresas brasileiras.

**a) Obrigações por Repasses**

Em relação à estrutura de capital, o BNDES se apresenta como a principal fonte onerosa de financiamento da BNDESPAR, representando 9,3% do passivo total. O saldo do passivo com o BNDES em 31/12/10 era de R\$ 1.691 milhões, 70,0% inferior ao registrado no final do exercício de 2009.

Destaca-se em 2010 o aumento do saldo do passivo em setembro de 2010 no valor de R\$ 22.400 milhões devido ao repasse de 5.111.911 LFT's pelo BNDES utilizados pelas BNDESPAR para integralização das ações adquiridas na capitalização da Petrobras.

Já em dezembro de 2010, por outro lado, o saldo foi reduzido pela conversão de R\$ 15.600 milhões do mútuo com o BNDES em capital social da companhia. Essa operação fez com que o patrimônio líquido da BNDESPAR representasse 68,75% das fontes de recursos em 31/12/10.

O quadro abaixo apresenta a composição do saldo das obrigações por repasses em 31/12/10 por moeda.

	R\$ milhões	
	JUROS	DEZ/10
<b>BNDES</b> .....		<b>11.691</b>
TJLP.....	2,0%	10.881
UR – IGPM.....	10,1%	761
US\$.....	7,0%	49
<b>STN</b> .....	Selic	<b>2.585</b>
<b>Total</b> .....		<b>14.276</b>

**b) Obrigações por Emissão de Debêntures**

As debêntures emitidas pela BNDESPAR correspondem hoje à segunda principal fonte onerosa de recursos da companhia. Referem-se às debêntures simples emitidas pela BNDESPAR, da espécie quirografária, realizadas no âmbito de três Programas de Emissão de Debêntures e cinco emissões realizadas. Estas emissões tem como objetivos principais:

- atrair pequenos investidores de renda fixa para um tipo de mercado até então acessado apenas por grandes instituições; e
- contribuir para o desenvolvimento do mercado secundário, propiciando liquidez aos papéis negociados.

Em dezembro de 2010 a BNDESPAR realizou sua quinta oferta de debêntures, a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (primeira série), uma com taxa flutuante trimestral (segunda série) e outra indexada ao IPCA (terceira série). Foram distribuídas 2.025.000 debêntures simples, quirografárias, com valor nominal total de R\$ 2.025.000.000,00. Foram colocadas 500.000 debêntures da primeira série, 1.000.000 debêntures da segunda série e 525.000 debêntures da terceira série. A primeira e a segunda série têm vencimento em 1/1/14 e a terceira série tem vencimento em 15/1/17.

**c) Outras Obrigações**

No grupo de outras obrigações destaca-se o saldo de impostos diferidos, que representa 85,3% do total de R\$ 19.046 milhões apurado em 31/12/10. Estes impostos diferidos tem origem substancialmente no ajuste a valor justo dos investimentos em não coligadas e das debêntures designadas a valor justo em contrapartida ao resultado. O saldo de impostos diferidos reduziu R\$ 2.719 milhões no exercício.

Outros valores que se destacam neste grupo são: (i) os dividendos a pagar ao BNDES (acionista único) que totalizou R\$ 983 milhões em 31/12/10, sem variação relevante em relação à 31/12/09; e (ii) o valor justo de instrumento financeiro derivativo passivo (opção de compra a favor de terceiros contra a BNDESPAR), que passou de R\$ 894 milhões em 31/12/09 para R\$ 484 milhões em 31/12/10.

**d) Patrimônio Líquido**

Em relação à estrutura de capital, o patrimônio líquido representa 68,7% do passivo total e apresentou crescimento de 17,9% em relação a 31/12/09, atingindo R\$ 86.502 milhões. Esta variação resulta basicamente da capitalização ocorrida em dezembro de 2010 por meio da conversão de mútuo com BNDES no valor de R\$ 15.600 milhões.

**IV. RECURSOS HUMANOS**

A última contratação de funcionários feita diretamente pela BNDESPAR ocorreu em 1987. Desde 1992, novas contratações são feitas exclusivamente pelo BNDES, mediante concurso público e alocados para atividades relacionadas às operações da BNDESPAR conforme a necessidade.

Em 31 de dezembro de 2010, a BNDESPAR possuía um quadro próprio, remanescente das contratações realizadas até 1987, de 129 profissionais (135 em 31/12/09). A AMC e a ACE, que desempenham atividades exclusivas da BNDESPAR, reuniam, em 31/12/10, 130 profissionais, sendo 109 de nível superior e 21 de nível médio.

**V. INSTRUÇÃO CVM Nº 381 DE 14/01/2003**

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	12/31/10	12/31/09	1/1/09		Nota Explicativa	12/31/10	12/31/09	1/1/09
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		5.122.574	7.304.291	2.907.805			3.201.312	3.177.753	4.075.740
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	6	1.126.479	1.944.890	584.025		12	306.224	62.012	168.088
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	7	2.375.801	1.768.675	1.085.123		11	872.280	281.394	2.899.149
Debêntures designadas	7.3	260	120.312	48.920		11	872.280	281.394	2.899.149
Ações e bônus de subscrição	7.1	81.464	68.479			15	2.022.808	2.834.347	1.008.503
Cotas de fundos de investimento	7.5	2.022.829	1.579.884	1.035.633		13.1	983.048	917.865	780.359
Instrumentos financeiros derivativos		271.248				13.1	349.295	840.591	78.033
Títulos públicos				570		14	33.500	29.973	58.747
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		1.619.211	3.539.916	1.238.657		14	5.830	5.420	5.017
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	8	236.147	2.381.179	377.460		18	4.186	3.971	3.653
Provisão para risco de crédito - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	8.3	(541)	(3.403)	(2.393)		18	66.431	59.559	12.116
Direitos recebíveis	8	67.915	10.072	5.456		20	5.326	4.472	3.943
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	8.3	(1.219)	(2.931)	(1.532)		18	7.531	18.725	12.928
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9	725.545	727.139	652.134		21	483.569	894.284	
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	13.1	261.359	414.230	189.682		21	84.092	59.487	53.667
Devedores para depósitos em garantias		328.097	11.563	14.815			36.120.164	32.220.954	27.937.081
Diversos		1.908	2.067	3.035			<b>5.693.542</b>	<b>3.537.237</b>	<b>2.134.349</b>
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>		1.083	50.810				<b>13.403.679</b>	<b>8.950.808</b>	<b>16.213.817</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		120.700.848	101.448.925	59.769.872			<b>10.819.150</b>	<b>6.596.289</b>	<b>14.072.360</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	7	102.269.829	83.827.232	48.683.402			<b>2.584.529</b>	<b>2.354.519</b>	<b>2.141.457</b>
Empréstimos e recebíveis - debêntures simples	7.3	1.058.443	420.582	91.431			<b>17.022.943</b>	<b>19.732.909</b>	<b>9.588.915</b>
Provisão para risco de crédito - debêntures simples	7.3.3	(342)	(76)			18	114.030	111.015	108.302
Debêntures designadas	7.3	12.044.076	8.354.605	5.248.046		18	113.705	103.213	94.313
Ações e bônus de subscrição	7.1	89.167.652	75.052.121	43.343.925		20	12.226	12.656	17.270
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		4.789.645	3.390.354	3.719.434		14	535.027	539.325	483.399
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	8	1.135.545	965.689	3.170.312		13.2	16.247.955	18.966.700	8.885.631
Provisão para risco de crédito - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	8.3	(2.603)	(11.266)	(10.826)		15	86.501.946	73.354.509	30.664.856
Direitos recebíveis	8	1.608.348	9.495	15.334			46.304.356	30.704.356	12.775.266
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	8.3	(28.877)	(1.884)	(4.845)			5.124.506	5.124.506	-
Créditos tributários	13.2	651.140	820.192	423.558			92.993	92.993	92.993
Incentivos fiscais		242.244	202.990	125.901			5.776.729	947.372	666.457
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9	1.183.848	1.405.138				1.084.074	793.454	595.835
<b>INVESTIMENTOS</b>							191.649	153.918	70.622
Participações em coligadas	10.2	13.641.374	14.231.339	7.367.036			1.551.864		
		13.641.374	14.231.339	7.367.036			2.949.142		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>125.823.422</b>	<b>108.753.216</b>	<b>62.677.677</b>			29.203.362	34.341.912	16.810.420
							29.414.578	34.677.427	16.805.736
							(211.216)	(335.515)	4.684
								2.143.370	319.720
							<b>125.823.422</b>	<b>108.753.216</b>	<b>62.677.677</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2010	2009
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		8.239.148	8.992.533
<b>DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>		6.835.684	7.761.901
Receita de equivalência patrimonial	10	1.240.776	1.293.566
Resultado com alienações de títulos de renda variável		3.014.903	1.041.475
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		351.346	(103.821)
Juros sobre o capital próprio		1.593.457	1.119.270
Dividendos		635.202	1.304.862
Deságio / Ganho por compra vantajosa			1.922.590
Comissões e taxas			1.979
Outras receitas com participações societárias			1.181.980
<b>DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>		1.403.464	1.230.632
Receitas de operações de crédito		157.373	265.555
Títulos e valores mobiliários		819.440	484.291
Resultado com alienações de títulos de renda fixa		4.280	
Resultado com fundos de investimentos		(122.084)	454.180
Comissões e prêmios		544.455	26.606
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		(2.654.275)	(3.014.321)
<b>DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>		(975.617)	(1.186.387)
Despesa de equivalência patrimonial	10	(801.427)	(811.918)
Constituição de provisão para perdas em investimentos		(174.188)	(372.540)
Despesas com aquisições de participações societárias		(2)	(1.929)
<b>DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>		(1.678.658)	(1.827.934)
Encargos financeiros sobre obrigações:			
- Emissão de debêntures		(491.093)	(266.962)
- BNDES	12	(992.542)	(1.321.311)
- BNDES - recursos PIS/PASEP		253	(30.778)
- Secretaria do Tesouro Nacional		(230.010)	(213.062)
- Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	17	34.987	4.179
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		(426.421)	1.629.010
Despesas com tributos		(167.046)	(135.142)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(409)	(404)
Despesas com pessoal		(327.670)	(203.264)
Reversão (constituição) de provisão trabalhistas e cíveis		1.685	(60.161)
Recuperação de tributos		253	1.040
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		146.326	2.022.230
Despesas administrativas		(77.863)	(51.592)
Diversas		(1.697)	56.303
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		5.158.452	7.607.222
Imposto de renda	13	(958.430)	(1.052.023)
Contribuição social	13	(369.581)	(381.011)
Tributos diferidos	13	(161.406)	(398.162)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>3.669.035</b>	<b>5.776.026</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO</b>		<b>3.669.035</b>	<b>5.776.026</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	Exercício	
	2010	2009
<b>Lucro líquido do exercício</b>	3.669.035	5.776.026
Ajuste a valor justo de ações disponíveis para venda - próprias, líquido de efeitos tributários (1)	(4.078.820)	19.055.909
Ajuste a valor justo de ações disponíveis para venda - reflexo de coligadas, líquido de efeitos tributários	(149)	207
Realização do ajuste ao valor por venda de ações - própria (2)	(1.159.919)	(1.053.594)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para compatibilização de práticas contábeis	Dividendos adicionais propostos	Próprios			De coligadas
Em 1º de janeiro de 2010	30.704.356	5.124.506	92.993	793.454	153.918	-	-	34.677.427	(335.515)	2.143.370	73.354.509
Aumento de capital (Nota 15)	15.600.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.600.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(5.262.849)	124.299	-	(5.138.550)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.669.035	3.669.035
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal	-	-	-	290.620	-	-	-	-	-	(290.620)	-
. Juros s/ Capital Próprio declarados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva para compatibilização de práticas contábeis	-	-	-	-	-	1.551.864	-	-	-	(1.551.864)	-
. Incentivos fiscais	-	-	-	-	37.731	-	-	-	-	(37.731)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(983.048)	(983.048)
. Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	2.949.142	-	-	(2.949.142)	-
Em 31 de dezembro 2010	46.304.356	5.124.506	92.993	1.084.074	191.649	1.551.864	2.949.142	29.414.578	(211.216)	-	86.501.946
Mutações no exercício	15.600.000	-	-	290.620	37.731	1.551.864	2.949.142	(5.262.849)	124.299	(2.143.370)	13.147.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**  
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Próprios	De coligadas			
Saldo publicado em 31 de dezembro de 2008	10.404.356	2.370.910	92.993	595.835	70.622	-	4.684	-	13.539.400	
Ajustes na implementação dos CPC (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	-	319.720	17.125.456	
Em 1º de janeiro de 2009	10.404.356	2.370.910	92.993	595.835	70.622	16.805.736	4.684	319.720	30.664.856	
Aumento de capital (Nota 15)	20.300.000	2.753.596	-	-	-	-	-	(2.753.596)	20.300.000	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	17.871.691	(340.199)	17.531.492
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5.776.026	5.776.026
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal	-	-	-	197.619	-	-	-	-	(197.619)	-
. Juros s/ Capital Próprio declarados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	83.296	-	-	(83.296)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(917.865)	(917.865)
Em 31 de dezembro 2009	30.704.356	5.124.506	92.993	793.454	153.918	34.677.427	(335.515)	2.143.370	73.354.509	
Mutações no exercício	20.300.000	2.753.596	-	197.619	83.296	17.871.691	(340.199)	1.823.650	42.689.653	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FIDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	Exercício	
	2010	2009
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	3.669.035	5.776.026
Ajustes que não afetam o caixa	(1.211.146)	(2.337.021)
Constituição (reversão) da provisão para redução ao valor recuperável	(34.987)	(4.179)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e civis	(1.685)	60.161
Resultado de participações em coligadas e controladas	(439.349)	(481.648)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	330.618	(790.463)
Depreciação	6.358	3.972
Lucro na venda de investimentos	(1.056.349)	(76.797)
Ganho na compra vantajosa de investimentos	-	(1.922.590)
Constituição líquida de tributos diferidos	161.406	398.162
Constituição de provisão para perdas em investimentos	174.188	372.540
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(351.346)	103.821
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	<b>(6.290.653)</b>	<b>3.127.804</b>
. Diminuição líquida em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	367.223	206.194
. (Aumento) líquido em títulos e valores mobiliários	(4.106.090)	(7.041.058)
. Diminuição (aumento) líquida nas demais contas do ativo	(747.248)	(1.265.984)
. Aumento (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(1.764.733)	10.419.236
. Aumento (redução) líquido nas demais contas do passivo	605.130	902.439
. Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de coligadas	495.108	495.727
. IR e CSLL pagos	(1.140.043)	(588.750)
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais</b>	<b>(3.832.764)</b>	<b>6.566.809</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
. Venda de investimentos	1.565.129	178.935
. Compra de investimentos	(33.428)	(5.901.292)
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos</b>	<b>1.531.701</b>	<b>(5.722.357)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
. Dividendos pagos	(917.865)	(780.399)
. Aumento líquido nas obrigações por emissões de debêntures	2.400.517	1.296.812
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>1.482.652</b>	<b>516.413</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(818.411)</b>	<b>1.360.865</b>
<b>Modificação na posição financeira</b>		
<b>Início do exercício</b>	<b>1.944.890</b>	<b>584.025</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	1.944.890	584.025
<b>Final do exercício</b>	<b>1.126.479</b>	<b>1.944.890</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	1.126.479	1.944.890
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(818.411)</b>	<b>1.360.865</b>
<b>Transações no exercício sem efeito caixa (Nota 25)</b>		
. Aumento de capital	15.600.000	20.300.000
. Aquisição financiada de títulos	22.408.490	-
(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FIDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	Exercício	
	2010	2009
<b>RECEITAS</b>	<b>4.951.014</b>	<b>6.173.299</b>
Intermediação financeira	1.072.847	3.048.280
Outras receitas operacionais	3.843.180	3.120.840
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	34.987	4.179
<b>DESPESAS</b>	<b>1.743.486</b>	<b>709.952</b>
Intermediação financeira	1.713.645	1.832.113
Outras despesas operacionais	29.841	(1.122.161)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>205.268</b>	<b>416.746</b>
Materiais, energia e outros	10.443	8.121
Serviços de terceiros	50.430	36.085
Perda de valores ativos	144.395	372.540
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>3.002.260</b>	<b>5.046.601</b>
<b>RETENÇÕES</b>	<b>6.358</b>	<b>3.972</b>
Depreciação	6.358	3.972
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>2.995.902</b>	<b>5.042.629</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>2.668.008</b>	<b>2.905.780</b>
Resultado de equivalência patrimonial	439.349	481.648
Dividendos e juros sobre capital próprio	2.228.659	2.424.132
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>5.663.910</b>	<b>7.948.409</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>5.663.910</b>	<b>7.948.409</b>
Pessoal e encargos	287.167	179.748
Impostos, taxas e contribuições	1.697.122	1.989.219
Aluguéis	10.586	3.416
Dividendos e juros sobre capital próprio	983.048	917.865
Lucros retidos	2.685.987	4.858.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

MIGUEL JORGE  
LUCIANO GALVÃO COUTINHO  
IVAN JOÃO GUIMARÃES RAMALHO  
JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO  
ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

**CONSELHO FISCAL:**

CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA  
RICARDO SCHAEFER  
CLÁUDIO DE ALMEIDA NEVES  
ANDRÉ PROITE – Suplente

**DIRETORIA:**

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Diretor- Presidente  
ARMANDO MARIANTE CARVALHO JUNIOR – Diretor Superintendente  
JOÃO CARLOS FERRAZ – Diretor  
ELVIO LIMA GASPARG – Diretor  
EDUARDO RATH FINGERL – Diretor  
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Diretor  
WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Diretor  
LUIZ FERNANDO LINCK DORNELES – Diretor

**SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:**

SELMO ARONOVICH

**CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:**

VÂNIA MARIA DA COSTA BORGERTH - CRC-RJ 064.817/4

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Acionista e Administradores da  
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR  
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, as demonstrações financeiras de certas sociedades coligadas, nas quais a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR possui investimentos em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$3.921.961 mil e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totaliza R\$528.064 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, utilizadas para fins de avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, foram elaboradas com base nas normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Não foi possível quantificar os efeitos, caso essas demonstrações financeiras tivessem sido preparadas com base nas normas contábeis com vigência para 2010.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, com exceção dos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e ao balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de janeiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, as demonstrações financeiras de sociedades coligadas onde a Companhia possuía investimento em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$8.306.612 mil (R\$4.474.381 mil em 1º de janeiro de 2009), que representava 15,8% do total do ativo (12,2% em 1º de janeiro de 2009) e 22,5% do patrimônio líquido (33,05% em 1º de janeiro de 2009) e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totalizava R\$528.321 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, cujos pareceres não continham ressalva. Nossa opinião no que se referia aos valores desses investimentos e dos correspondentes resultados de equivalência patrimonial foi baseada nos pareceres daqueles outros auditores. Adicionalmente, os ajustes retrospectivos dessas sociedades coligadas não foram auditados por outros auditores.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida  
Contador  
CRC 1RJ 036.206/O-5

**PARECER N.º 01/2011 - CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, consoante o artigo 23 do Estatuto Social, c/c Art. 163, VI e VII da Lei N.º 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração bem como as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/10 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, de 18/2/11, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira BNDESPAR, em 31/12/10, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou e manifestou-se favoravelmente à seguinte proposta de destinação do lucro acumulado no exercício (R\$ 5.812.404.425,27), já contemplada nas demonstrações contábeis:

- a) **Reserva Legal:** 5%, correspondente ao valor de R\$ 290.620.221,26 (duzentos e noventa milhões, seiscentos e vinte mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos);
- b) **Reserva de Incentivos Fiscais:** R\$ 37.731.230,65 (trinta e sete milhões, setecentos e trinta e um mil, duzentos e trinta reais e cinquenta e cinco centavos), referentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício;
- c) **Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis:** R\$ 1.551.863.661,54 (um bilhão, quinhentos e cinquenta

e um milhões, oitocentos e sessenta e três mil, seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), para constituição da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis;

- d) **Dividendos Mínimos:** 25%, após constituição da Reserva Legal, da Reserva de Incentivos Fiscais e da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 983.047.327,95 (novecentos e oitenta e três milhões, quarenta e sete mil, trezentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos); e

- e) **Dividendos Complementares:** 75%, após constituição da Reserva Legal, da Reserva de Incentivos Fiscais e da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis, correspondente a R\$ 2.949.141.983,87 (dois bilhões, novecentos e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e um mil, novecentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos), a título de dividendos complementares.

Rio de Janeiro (RJ), 15 de março de 2011

Cleber Ubiratan de Oliveira  
Ricardo Schaefer  
Cláudio de Almeida Neves

As Demonstrações Financeiras foram publicadas na íntegra, em milhares de reais, em 21 de março de 2011, no Diário Oficial do União - Seção I, páginas 90 a 180 e no site [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Relacao\\_Com\\_Investidores/Demonstrativos\\_Financeiros/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Demonstrativos_Financeiros/).

**AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME**  
**CNPJ Nº 33.660.564/0001-00**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2010**

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) relativos ao trimestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2010, os quais seguem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

**PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS**

O quadro abaixo apresenta e compara os principais indicadores da FINAME nos exercícios e trimestre encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

R\$ milhões, exceto percentuais

Resultado	2010	2009	Evolução %	4º TRIM/10	4º TRIM/09	Evolução %
Resultado com Operações Financeiras	910	384	137,0	520	163	219,0
Provisão para Risco de Crédito	(404)	42	(1.061,9)	23	(23)	200,0
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(116)	(87)	(33,3)	(56)	(30)	(86,7)
Tributação sobre o Lucro	(329)	(136)	(141,9)	(188)	(65)	(189,2)
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	61	203	(70,0)	299	45	564,4
<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>DEZ / 10</b>	<b>DEZ / 09</b>	<b>Evolução %</b>	<b>DEZ/10</b>	<b>SET/10</b>	<b>Evolução %</b>
Ativo Total (AT)	99.505	69.802	42,6	99.505	91.136	9,2
Títulos e Valores Mobiliários	1.015	691	46,9	1.015	1.135	(10,6)
Operações de Créditos e Repasses Interfinanceiros	96.648	68.532	41,0	96.648	88.616	9,1
Outros Ativos	1.842	579	218,1	1.842	1.385	33,0
Empréstimos e Repasses	92.043	62.958	46,2	92.043	84.525	8,9
Outras Obrigações	923	353	161,5	923	357	158,5
Patrimônio Líquido (PL)	6.539	6.491	0,7	6.539	6.254	4,6
<b>Índices Financeiros (%)</b>	<b>DEZ / 10</b>	<b>DEZ / 09</b>	<b>Evolução %</b>	<b>DEZ / 10</b>	<b>SET / 10</b>	<b>Evolução %</b>
Inadimplência / Carteira Total <sup>1/</sup>	0,39%	0,00%	0,39	0,39%	0,47%	(0,08)
PDD / Carteira Total <sup>1/</sup>	0,91%	0,64%	0,27	0,91%	1,01%	(0,10)
PDD / Créditos Inadimplentes <sup>1/</sup>	2,31	-	2,31	2,31	2,12	0,19
	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>Evolução %</b>	<b>4º TRIM/10</b>	<b>4º TRIM/09</b>	<b>Evolução %</b>
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	6,57%	9,30%	(2,71)			
Retorno s/ Ativos (LL / AT médio) <sup>3/</sup>	0,07%	0,29%	(0,22)	0,31%	0,07%	0,25
Retorno s/ PL (LL / PL médio) <sup>4/</sup>	0,94%	3,93%	(3,00)	4,67%	0,69%	3,98

<sup>1/</sup> Inclui Operações de Crédito e Repasses Interfinanceiros.

<sup>2/</sup> Inclui Despesas Administrativas e Despesas com Pessoal.

<sup>3/</sup> ATmédio = (AT inicial + AT final) / 2.

<sup>4/</sup> PLmédio = (PL inicial + PL final) / 2.

**RESULTADO**

O resultado apurado pela FINAME no 4T10 de 2010 foi um lucro de R\$ 299 milhões, o que representa um aumento de 564,4% em relação ao resultado obtido no mesmo trimestre de 2009. Por sua vez, o resultado acumulado no exercício de 2010 apresentou-se 70,0% inferior ao apurado em 2009.

Os principais fatos ocorridos no 4T10 de 2010 foram: (i) o reprocessamento de parcela da carteira agrícola, objeto de renegociações sucessivas autorizadas pelo Governo Federal desde 2007, que gerou um ajuste positivo na receita de intermediação financeira da ordem de R\$ 256 milhões, integralmente registrado mês de dezembro, e

(ii) redução de meio ponto percentual nos spreads praticados pelo BNDES em operações de mútuo com a Finame, cujo saldo em 31/12/10 é de R\$ 82 bilhões, gerando economia de R\$ 50 milhões em relação ao 3T10. A despesa de intermediação financeira da FINAME no 4T10 seria cerca de R\$ 100 milhões superior caso fosse mantido o nível de spread praticado de 1,0% a.a.;

No acumulado do exercício, soma-se ao efeito acima o crescimento da carteira média da FINAME, fruto dos expressivos desembolsos no exercício, notadamente no âmbito do PSI – Programa de Sustentação do Investimento, os quais foram parcialmente absorvidos pela despesa com provisão para risco de crédito de R\$ 404 milhões, ocasionada pelo crescimento da carteira da FINAME e pela mudança na classificação de risco de operações específicas de empresa em fase de recuperação judicial.

Quanto à despesa com IR e CSLL, em 2010 ela reduziu o resultado da FINAME em R\$ 329 milhões. Em 2009 esta despesa totalizou R\$ 136 milhões. O aumento está diretamente relacionado ao crescimento do resultado com operações financeiras.

**ESTRUTURA PATRIMONIAL**

Em relação à estrutura de capital, em 31/12/10, o BNDES e a Secretaria do Tesouro Nacional consistiam nas únicas fontes onerosas de financiamento da FINAME, representando juntas 92,5% do passivo total. O patrimônio líquido respondia por 6,6% do passivo total.

O ativo total da FINAME atingiu R\$ 99.505 milhões no 4T10, representando um aumento de cerca 9,2% em relação ao trimestre anterior. Este incremento reflete basicamente o crescimento nas operações de crédito e repasses, rubrica esta que representa 97,1% do ativo total. O crescimento em operações de crédito e repasses, por sua vez, decorreu principalmente da grande demanda de operações contratadas sob o PSI – Programa de Sustentação do Investimento, destinadas ao estímulo da produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação tecnológica.

O saldo da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros em 31/12/10 era de R\$ 97.531 milhões. A provisão para risco de crédito somou R\$ 883 milhões (R\$ 900 milhões em 30/9/10) o que perfaz 0,91% da carteira total em 31/12/10 (1,01% em 30/9/10).

Em 31 de dezembro de 2010, a FINAME apresentava créditos inadimplentes da ordem de R\$ 382 milhões, equivalentes a 0,39% de sua carteira. Destaca-se a ótima qualidade da carteira comparativamente à média apresentada pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN). Em 31/12/10, a FINAME concentrava 99,6% de seus créditos entre os níveis "AA" e "C", ao passo que, na média, as instituições financeiras no sistema financeiro nacional\* concentravam 92,6% (posição provisória para 31/12/10) de seus créditos entre tais níveis, considerados de baixíssimo risco.

O crescimento das obrigações por empréstimos e repasses de 8,9% no 4T/10 acompanha o crescimento da carteira de crédito. Por fim, o patrimônio líquido aumentou 4,6% em relação à 30/9/10, refletindo o lucro de R\$ 299 milhões apurado no trimestre.

\*Fonte: Banco Central

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2010	2009		Nota Explicativa	2010	2009
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>27.414.315</b>	<b>21.357.231</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.518.284</b>	<b>2.038.063</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>		<b>1</b>	<b>39</b>	<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES</b>	<b>7</b>	<b>6.684.850</b>	<b>1.773.969</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>5</b>	<b>1.014.771</b>	<b>690.848</b>	Repasses com o BNDES		4.244.775	1.705.221
Cotas de Fundos de Investimento do Banco do Brasil		1.014.091	690.168	Repasses com a Secretaria do Tesouro Nacional		2.440.075	68.748
Ações		680	680	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>833.434</b>	<b>264.094</b>
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>6</b>	<b>25.138.052</b>	<b>19.466.200</b>	Passivo atuarial - FAMS	13,2	1.283	1.368
Repasses interfinanceiros		25.244.898	19.552.919	Créditos vinculados a liquidação de operação		29.834	47.446
Provisão para risco de crédito		(106.846)	(86.719)	Dividendos a pagar	10	14.529	48.096
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>6</b>	<b>1.228.654</b>	<b>1.068.419</b>	Impostos e contribuições sobre o lucro	8,1	202.665	69.024
Operações de crédito		1.316.590	1.091.019	Outros impostos e contribuições		16.935	6.518
Provisão para risco de crédito		(87.936)	(22.600)	Contas a pagar - FAPES	13,1	1.915	1.608
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>32.837</b>	<b>131.725</b>	Provisão para programa de desligamento de funcionários	15	4.624	5.561
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	8,1	600	33.970	Vinculadas ao Tesouro Nacional	16	122.339	59.875
Créditos tributários	8,2	21.602	87.093	Depósitos a apropriar		398.613	-
Diversos		10.635	10.662	Diversas		40.697	24.598
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>72.090.258</b>	<b>48.443.943</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>85.447.706</b>	<b>61.273.256</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>72.090.258</b>	<b>48.443.943</b>	<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES</b>	<b>7</b>	<b>85.358.443</b>	<b>61.183.842</b>
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>6</b>	<b>64.500.418</b>	<b>40.824.586</b>	Repasses com o BNDES		85.358.443	59.060.034
Repasses interfinanceiros		64.774.567	41.006.454	Repasses com a Secretaria do Tesouro Nacional		-	2.123.808
Provisão para risco de crédito		(274.149)	(181.868)	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>89.263</b>	<b>89.414</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>6</b>	<b>5.781.344</b>	<b>7.172.968</b>	Contas a pagar - FAPES	13,1	40.544	39.492
Operações de crédito		6.195.120	7.324.695	Provisões trabalhistas e cíveis	9	554	2.770
Provisão para risco de crédito		(413.776)	(151.727)	Passivo atuarial - FAMS	13,2	43.540	41.719
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>1.808.496</b>	<b>446.389</b>	Provisão para programa de desligamento de funcionários	15	4.625	5.433
Créditos tributários	8,2	16.326	42.145	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10</b>	<b>6.538.583</b>	<b>6.489.855</b>
Direitos vinculados ao Tesouro Nacional	16	1.763.316	376.330	Capital social		5.994.062	5.994.062
Incentivos fiscais		28.854	27.914	Aumento de capital em curso		504.864	461.276
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>99.504.573</b>	<b>69.801.174</b>	Reservas de lucros		39.657	34.517
				Reserva legal		26.464	23.301
				Reserva de incentivos fiscais		13.193	11.216
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>99.504.573</b>	<b>69.801.174</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO 30 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2º semestre 2010	2010	2009
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>3.131.017</b>	<b>5.975.695</b>	<b>1.613.021</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros				
. Moeda nacional		2.331.039	4.345.569	3.976.018
. Moeda estrangeira		(364.127)	150.578	(2.547.347)
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.116.906	1.396.746	90.346
Rendas de títulos e valores mobiliários		47.199	82.802	94.004
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(2.394.110)</b>	<b>(5.470.331)</b>	<b>(1.186.722)</b>
Empréstimos do BNDES e da STN				
. Moeda nacional		(2.702.854)	(4.967.490)	(3.810.509)
. Moeda estrangeira		408.835	(98.535)	2.582.140
Outras despesas de captação		(437)	(768)	(500)
Provisão/(Reversão) para risco de crédito	12	(99.654)	(403.538)	42.147
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>736.907</b>	<b>505.364</b>	<b>426.299</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(78.346)</b>	<b>(109.643)</b>	<b>(83.615)</b>
Reversão/(constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		(15)	2.216	2.617
Despesas tributárias		(37.882)	(44.135)	(20.207)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio - SELIC		-	(895)	(1.999)
Despesas com pessoal		(21.542)	(39.078)	(36.519)
Despesas administrativas		(10.266)	(15.376)	(12.564)
Despesas de retenções contratuais		(336)	(336)	-
Outras despesas operacionais		(8.346)	(14.626)	(18.803)
Outras receitas operacionais		41	2.587	3.860
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>658.561</b>	<b>395.721</b>	<b>342.684</b>
Imposto de renda	8,1	(137.835)	(147.846)	(56.281)
Contribuição social	8,1	(83.154)	(89.016)	(33.547)
Impostos diferidos (constituição)/reversão	8,2	(85.121)	(91.310)	(46.031)
<b>RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>352.451</b>	<b>67.549</b>	<b>206.825</b>
Participação dos empregados no lucro		(6.372)	(6.372)	(3.452)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>		<b>346.079</b>	<b>61.177</b>	<b>203.373</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO</b>		<b>0,587</b>	<b>0,104</b>	<b>0,345</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais		
Em 1º de janeiro de 2010	5.994.062	461.276	23.301	11.216	-	6.489.855
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 10)	-	-	-	-	2.080	2.080
Aumento de capital (Nota 10)	-	43.588	-	-	(43.588)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	61.177	61.177
Destinação do resultado (Nota 10)						
. Reserva legal	-	-	3.163	-	(3.163)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	1.977	(1.977)	-
. Dividendos	-	-	-	-	(14.529)	(14.529)
Em 31 de dezembro de 2010	5.994.062	504.864	26.464	13.193	-	6.538.583
Mutações no exercício	-	43.588	3.163	1.977	-	48.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais		
Em 1º de julho de 2010	5.994.062	461.276	23.301	11.216	(284.902)	6.204.953
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 10)	-	-	-	-	2.080	2.080
Aumento de capital (Nota 10)	-	43.588	-	-	(43.588)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	346.079	346.079
Destinação do resultado (Nota 10)						
. Reserva legal	-	-	3.163	-	(3.163)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	1.977	(1.977)	-
. Dividendos	-	-	-	-	(14.529)	(14.529)
Em 31 de dezembro de 2010	5.994.062	504.864	26.464	13.193	-	6.538.583
Mutações no semestre	-	43.588	3.163	1.977	284.902	333.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais		
Em 1º de janeiro de 2009	3.494.062	316.988	13.132	10.396	-	3.834.578
Aumento de capital (Nota 10)	2.500.000	144.288	-	-	(144.288)	2.500.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	203.373	203.373
Destinação do resultado (Nota 10)						
. Reserva legal	-	-	10.169	-	(10.169)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	820	(820)	-
. Dividendos	-	-	-	-	(48.096)	(48.096)
Em 31 de dezembro de 2009	5.994.062	461.276	23.301	11.216	-	6.489.855
Mutações no exercício	2.500.000	144.288	10.169	820	-	2.655.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2010	Exercícios	
		2010	2009
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do semestre/exercício	346.079	61.177	203.373
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades	185.251	493.508	2.062
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	99.654	403.538	(42.147)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	15	(2.216)	(2.617)
Depreciação e amortização	461	876	795
Realização líquida de créditos tributários	85.121	91.310	46.031
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	(579.132)	(182.704)	(2.924.150)
. (Aumento) líquido em créditos por financiamento	(14.737.981)	(28.519.833)	(1.146.243)
. (Aumento) líquido nas demais contas do ativo	(961.523)	(1.355.404)	(61.772)
. Aumento/(Redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	14.610.932	29.085.482	(1.475.553)
. Aumento/(Redução) líquido nas demais contas do passivo	514.706	655.690	(220.598)
. IR e CSLL pagos	(5.266)	(48.639)	(19.984)
<b>Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais</b>	(47.802)	371.981	(2.718.715)
<b>Atividades de financiamentos</b>			
. Aumento de capital	-	-	2.500.000
. Dividendos pagos	-	(48.096)	(59.777)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamentos</b>	-	(48.096)	2.440.223
<b>Aumento/(Redução) de caixa e equivalente de caixa</b>	(47.802)	323.885	(278.492)
<b>Modificação na posição financeira</b>			
<b>Início de semestre / exercício</b>	1.061.894	690.207	968.699
Saldo de caixa + equivalente caixa (1)	1.061.894	690.207	968.699
<b>Final de semestre / exercício</b>	1.014.092	1.014.092	690.207
Saldo de caixa + equivalente caixa (1)	1.014.092	1.014.092	690.207
<b>Aumento/(Redução) de caixa e equivalente de caixa</b>	(47.802)	323.885	(278.492)

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2010	Exercício	
		2010	2009
<b>RECEITAS</b>	3.031.404	5.574.744	1.659.028
Intermediação financeira	3.131.017	5.975.695	1.613.021
Outras receitas operacionais	41	2.587	3.860
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	(99.654)	(403.538)	42.147
<b>DESPESAS</b>	2.303.153	5.080.434	1.247.054
Intermediação financeira	2.294.456	5.066.793	1.228.869
Outras despesas operacionais	8.697	13.641	18.185
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	8.527	12.657	10.724
Materiais, energia e outros	826	1.609	1.833
Serviços de terceiros	7.701	11.048	8.891
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	719.724	481.653	401.250
<b>RETENÇÕES</b>	461	876	795
Depreciação e amortização	461	876	795
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	719.263	480.777	400.455
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	719.263	480.777	400.455
Pessoal e encargos	24.641	40.190	35.548
Impostos, taxas e contribuições	347.467	48.3%	377.950
Aluguéis	1.076	0,1%	1.460
Dividendos	14.529	2,0%	14.529
Lucros retidos	331.550	46,2%	46.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO:**

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – PRESIDENTE  
MAURÍCIO BORGES LEMOS – PRESIDENTE-SUBSTITUTO  
EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA – MEMBRO DA JUNTA  
GABRIEL JORGE FERREIRA – MEMBRO DA JUNTA  
MARIA LUISA CAMPOS MACHADO LEAL – MEMBRO DA JUNTA  
LUIZ CLÁUDIO PORTELA FERREIRA – MEMBRO DA JUNTA  
LUIZ AUBERT NETO – MEMBRO DA JUNTA  
FRANCISCO DE ASSIS CREMA – MEMBRO DA JUNTA  
HELENA KERR DO AMARAL – MEMBRO DA JUNTA  
ROBERTO SMITH – MEMBRO DA JUNTA

**SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:**

SELMO ARONOVICH  
**CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:**  
VÂNIA MARIA DA COSTA BORGERTH - CRC-RJ 064.817/4

**DECISÃO DA JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO**

Decisão nº	JA- 01 /2011 - FINAME	Reunião de	17 de março de 2011
Interessada:	<b>AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME</b> C.N.P.J.: 33.660.564/0001-00 Avenida República do Chile, 100 - parte 20139-900 - Rio de Janeiro - RJ		
Assunto:	Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/10 e destinação do lucro acumulado no exercício.		
Referência:	INFORMAÇÃO PADRONIZADA AF/DEPCO - 06/11 de 16/2/11, e PARECER DE DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - AUDITORES INDEPENDENTES, de 11/2/11.		
Endossando o parecer do Relator, a Junta de Administração da FINAME decidiu, por unanimidade, após examinar o Parecer dos Auditores Externos DELOITTE TOUCHE TOHMATSU – AUDITORES INDEPENDENTES S/S, manifestar-se favoravelmente à aprovação:			
I)	das Demonstrações Contábeis da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME referentes ao exercício encerrado em 31/12/10, e encaminhá-las à deliberação do seu acionista único, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na forma da legislação em vigor; e		
II)	da seguinte destinação do lucro acumulado no exercício de R\$ 63.257.314,46 (sessenta e três milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e catorze reais e quarenta e seis centavos), já contemplada nas demonstrações contábeis:		
a)	5%, correspondente ao valor de R\$ 3.162.865,72 (três milhões, cento e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos), para a constituição da Reserva Legal;		
b)	R\$ 1.977.488,05 (hum milhão, novecentos e setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e cinco centavos), referentes ao total de incentivos fiscais reconhecidos no exercício, para a constituição de Reserva de Incentivos Fiscais;		
c)	25%, após deduzidas a Reserva Legal e a Reserva de Incentivos Fiscais, no montante de R\$ 14.529.240,17 (catorze milhões, quinhentos e vinte e nove mil, duzentos e quarenta reais e dezessete centavos), na forma de dividendos;		
d)	75%, após deduzidas a Reserva Legal e a Reserva de Incentivos Fiscais, no montante de R\$ 43.587.720,52 (quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos), para capitalização imediata.		
LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Presidente MAURÍCIO BORGES LEMOS – Presidente-Substituto EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA GABRIEL JORGE FERREIRA MARIA LUISA CAMPOS MACHADO LEAL LUIZ CLÁUDIO PORTELA FERREIRA LUIZ AUBERT NETO FRANCISCO DE ASSIS CREMA HELENA KERR DO AMARAL ROBERTO SMITH			

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionista e Administradores da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME Rio de Janeiro – RJ	
Examinamos as demonstrações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ("Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.	
<b>Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras</b> A Administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	
<b>Responsabilidade dos Auditores Independentes</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.	
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Agência para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	
<b>Opinião</b> Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	
<b>Demonstração do valor adicionado</b> Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	
Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ	Marcelo Cavalcanti Almeida Contador CRC 1RJ 036.206/O-5

**EXTRATO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO BNDES EM IFRS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
*As demonstrações financeiras completas, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes da Deloitte Touche Tohmatsu, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)*

Balanco patrimonial consolidado	Em R\$ mil			Demonstração consolidada do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro	Em R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	Em 1º de janeiro de 2009		2010	2009
Disponibilidades	15.897	4.750	3.637	<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>30.805.942</b>	<b>14.053.382</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.113.958	2.006.817	6.908.965	Operações de crédito e repasses interfinanceiros	19.333.672	4.821.640
Títulos e valores mobiliários	145.857.047	130.212.200	66.395.046	Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	8.043.347	8.058.390
Instrumentos financeiros derivativos	272.082	90.976	353.097	Rendas de operações vinculadas ao tesouro	2.924.830	671.163
Impostos e contribuições a recuperar	422.025	453.022	266.554	Rendas com administração de fundos e programas	499.813	502.189
Créditos tributários diferidos	1.418.348	1.539.678	1.302.793	Resultado com alienações de títulos de renda fixa	4.280	-
Repasses interfinanceiros	180.730.640	122.495.634	101.511.630	<b>Despesas de intermediação financeira</b>	<b>(22.196.066)</b>	<b>(5.754.865)</b>
Operações de crédito	183.187.393	164.205.408	117.960.269	Captação no mercado - financiamentos e repasses	(22.970.237)	(4.521.611)
Outros créditos	17.641.279	10.398.061	4.405.162	Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.148.053)	(580.872)
Outros valores e bens	285.459	296.497	173.334	Despesas com operações vinculadas ao tesouro	(66.621)	(112.111)
Investimentos	13.684.702	14.274.668	7.410.369	Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	2.003.846	(411.627)
Imobilizado	98.488	95.756	96.674	Resultado da carteira de câmbio	(15.001)	(128.644)
Intangível	40.834	12.620	14.153	<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>8.609.876</b>	<b>8.298.517</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>553.768.152</b>	<b>446.086.087</b>	<b>306.801.683</b>	<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>4.415.982</b>	<b>2.888.482</b>
Depósitos	21.573.906	26.229.927	30.771.072	Resultado com equivalência patrimonial	439.393	481.648
Obrigações por operações compromissadas	-	13.740.763	8.446.983	Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC	107.386	715.500
Obrigações por emissão de debêntures	12.726.922	10.559.270	9.305.795	Reversão (constituição) de provisão para perda em investimentos	(174.188)	(372.540)
Obrigações por empréstimos e repasses	272.186.665	159.317.381	69.582.535	Receita de dividendos	635.639	1.304.988
Instrumento híbrido de capital e dívida	13.234.016	12.388.916	6.023.934	Receita de juros sobre capital próprio	1.667.902	1.119.280
Dívida subordinada	110.689.308	99.526.056	91.315.118	Resultado com alienações de títulos de renda variável	3.014.904	(12.120)
Fundos financeiros e de desenvolvimento	31.406.440	30.633.518	30.024.866	Resultado de instrumentos financeiros derivativos - renda variável	681.963	(894.284)
Instrumentos financeiros derivativos	717.874	1.131.557	292.776	Ganho por compra vantajosa	-	1.922.591
Impostos e contribuições sobre o lucro	551.960	1.371.711	464.149	Outras rendas sobre participações societárias	(2)	154.842
Tributos diferidos	16.473.685	19.157.794	9.083.122	Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	26.436	584.812
Obrigações de benefícios de aposentadoria	1.480.268	1.367.854	1.670.077	Despesas tributárias	(592.512)	(546.819)
Provisões	756.711	830.104	1.448.122	Despesas com pessoal	(1.136.292)	(988.333)
Outras obrigações	2.179.016	2.697.166	2.463.097	Despesas administrativas	(306.673)	(274.133)
<b>Total do passivo</b>	<b>483.976.770</b>	<b>378.952.017</b>	<b>260.891.646</b>	Outras receitas operacionais	531.317	89.330
Capital social	29.557.415	20.260.881	13.879.407	Outras despesas operacionais	(479.291)	(396.280)
Reservas de lucros	7.045.298	7.242.357	5.017.476	<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>13.025.858</b>	<b>11.186.999</b>
Outros resultados abrangentes	29.296.552	34.451.283	16.967.383	Imposto de renda e contribuição social - corrente	(4.007.074)	(2.447.846)
Lucros acumulados	3.892.117	5.179.549	10.045.771	Imposto de renda e contribuição social - diferido	(161.447)	(589.831)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>69.791.382</b>	<b>67.134.070</b>	<b>45.910.037</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.857.337</b>	<b>8.149.322</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>553.768.152</b>	<b>446.086.087</b>	<b>306.801.683</b>	<b>Demonstração consolidada do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>

Em 1º de janeiro de 2009	Reservas de lucros							Outros resultados abrangentes			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial de ativos próprios	Ajustes de avaliação patrimonial de ativos de coligadas	Diferenças acumuladas de conversão de coligadas	Lucros acumulados			
<b>Em 1º de janeiro de 2009</b>	<b>13.879.407</b>	<b>1.182.918</b>	<b>748.307</b>	<b>2.920.942</b>	<b>165.309</b>	<b>16.962.470</b>	<b>-</b>	<b>4.913</b>	<b>10.045.771</b>	<b>45.910.037</b>		
Aumento de capital	6.381.474	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	4.381.474		
Reversão de reservas	-	-	-	(2.920.942)	-	-	-	-	2.920.942	-		
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.201.318)	(7.201.318)		
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	17.824.001	(335.325)	(4.776)	8.149.322	17.483.900		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	8.149.322	8.149.322		
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
. Reserva legal	-	336.758	-	-	-	-	-	-	(336.758)	-		
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	41.030	-	-	-	(41.030)	-		
. Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.207.798)	(1.207.798)		
. Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(381.547)	(381.547)		
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	953.607	-	-	-	-	-	(953.607)	-		
. Reserva para margem operacional	-	-	-	3.814.428	-	-	-	-	(3.814.428)	-		
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>20.260.881</b>	<b>1.519.676</b>	<b>1.701.914</b>	<b>3.814.428</b>	<b>206.339</b>	<b>34.786.471</b>	<b>(335.325)</b>	<b>137</b>	<b>5.179.549</b>	<b>67.134.070</b>		
Aumento de capital	9.296.534	(1.182.918)	(748.307)	-	(165.309)	-	-	-	-	7.200.000		
Reversão de reservas	-	-	(953.607)	(3.814.428)	-	-	-	-	4.768.035	-		
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.768.035)	(4.768.035)		
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(5.278.994)	205.681	(81.418)	-	(5.154.731)		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	8.857.337	8.857.337		
. Remuneração ao acionista	-	-	-	-	-	-	-	-	(738.365)	(738.365)		
. Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(771.598)	(771.598)		
. Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.967.296)	(1.967.296)		
. Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	(507.239)	-		
. Reserva legal	-	507.239	-	-	-	-	-	-	(20.185)	-		
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	20.185	-	-	-	(1.442.602)	-		
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	1.442.602	-	-	-	-	-	(4.697.484)	-		
. Reserva para margem operacional	-	-	-	4.697.484	-	-	-	-	-	-		
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>29.557.415</b>	<b>843.997</b>	<b>1.442.602</b>	<b>4.697.484</b>	<b>61.215</b>	<b>29.507.477</b>	<b>(129.644)</b>	<b>(81.281)</b>	<b>3.892.117</b>	<b>69.791.382</b>		

Demonstração consolidada do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro	Em R\$ mil	
	2010	2009
<b>Atividades operacionais</b>	<b>8.857.337</b>	<b>8.149.322</b>
Lucro líquido do exercício	8.857.337	8.149.322
Ajustes que não afetam o caixa	(3.166.669)	(1.670.737)
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	(2.003.846)	411.627
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	(26.436)	(584.812)
Constituição (reversão) de provisão para perdas em investimentos	174.188	372.540
Resultado de participações em coligadas	(439.393)	(481.648)
Ganho por compra vantajosa	-	(1.922.591)
Depreciação e amortização	23.720	21.113
Lucro na venda de investimentos	(1.056.349)	(76.797)
Realização (constituição) líquida de créditos tributários	161.447	589.831
<b>Varição de ativos e passivos</b>	<b>(8.523.066)</b>	<b>(4.330.488)</b>
. Aumento líquido em créditos por financiamento	(75.143.090)	(67.491.187)
. Diminuição / (aumento) líquida em títulos e valores mobiliários	(41.870.496)	(30.942.797)
. Diminuição / (aumento) líquida nas demais contas do ativo	(6.043.421)	(4.960.631)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	113.642.206	90.343.498
. Aumento líquido de instrumento híbrido de capital	845.100	6.364.982
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(13.740.763)	5.293.780
. Aumento nas obrigações por emissões de debêntures	2.167.652	1.253.475
. Diminuição líquida nas demais contas do passivo	16.233.983	(3.124.809)
. Tributos sobre o lucro pagos	(4.614.237)	(1.066.799)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>(2.832.398)</b>	<b>2.148.097</b>
<b>Atividades de investimentos</b>	<b>1.510.464</b>	<b>160.273</b>
. Venda de investimentos	(33.428)	(5.901.292)
. Compra de investimentos	495.108	497.907
. Recebimento de dividendos de coligadas	1.046.994	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos</b>	<b>1.972.144</b>	<b>(5.243.112)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>	<b>11.163.252</b>	<b>8.210.938</b>
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	(2.616.674)	(8.448.494)
. Pagamento de dividendos	8.546.578	(237.556)
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos</b>	<b>7.686.324</b>	<b>(3.332.571)</b>
<b>Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.686.324</b>	<b>(3.332.571)</b>
Modificação na posição financeira		
<b>Início do exercício:</b>		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.409.229	9.741.800
<b>Final do exercício:</b>		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	14.095.553	6.409.229
<b>Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.686.324</b>	<b>(3.332.571)</b>
<b>Transação no exercício sem efeito caixa (Nota 35)</b>		
. Aumento de capital	9.296.534	6.381.474

O BNDES aplicou a IFRS 1 na relação a aplicação demonstrações financeiras, adotando as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em preparação a decisão completa retrospectiva das IFRSs.

**4.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhidas pelo BNDES na data da transição para as IFRSs**

O BNDES decidiu utilizar as seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa das IFRSs:

(a) **Combinação de negócios**  
O BNDES aplicou a isenção de combinação de negócios descrita na IFRS 1 em relação à aquisição de participações em coligadas. Assim sendo, não reprocessou as aquisições que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009.

(b) **Diferenças acumuladas de conversão**  
O BNDES optou por desconsiderar as diferenças acumuladas de conversão existentes na data de transição de 1º de janeiro de 2009. Essa isenção foi aplicada a todas as coligadas de acordo com a IFRS 1.

(c) **Benefícios a empregados**  
O BNDES optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais acumulados até 1º de janeiro de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 4.2.2 (h).

(d) **Designação dos instrumentos financeiros anteriormente reconhecidos**  
O BNDES optou por designar determinados instrumentos financeiros como ao valor justo por meio do resultado e como disponível para venda, na data de transição. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 4.2.2 (d) e (f).

**4.1.3 Exceções à aplicação retrospectiva seguidas pelo BNDES**

O BNDES aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

(a) **Estimativas**  
As estimativas, segundo as IFRSs em 1º de janeiro de 2009, são consistentes com as estimativas feitas na mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(b) **Outras exceções obrigatórias**  
As demais exceções obrigatórias na IFRS 1 não se aplicam ao BNDES, pois não houve operações no escopo de tais exceções ou diferenças significativas com relação ao BR GAAP nessas áreas:

- Contabilização de *hedge accounting*;
- Participação de não controladores; e
- Baixa de ativos financeiros.

**4.2 Conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs**

Em decorrência do processo de convergência entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, o BNDES alterou, a partir de 1º de janeiro de 2010, certas práticas contábeis que passaram a fornecer informações mais úteis e relevantes.

As demonstrações financeiras preparadas em BR GAAP referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 não foram rerepresentadas. Nesse sentido, certas divergências entre as IFRSs e o BR GAAP, identificadas até 31 de dezembro de 2009, deixaram de existir ou passaram a ter outra fundamentação a partir de 1º de janeiro de 2010. Os efeitos da adoção das novas práticas em BR GAAP referentes aos exercícios findos em 2008 e 2009 foram reconhecidos no patrimônio líquido.

As primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas em conformidade com as IFRSs têm como ponto de partida as demonstrações financeiras consolidadas preparadas em BR GAAP.

O resumo das reclassificações, dos ajustes relevantes e as respectivas reconciliações em função da adoção das IFRSs são apresentados a seguir.

**4.2.1 Reclassificações**

A IAS 1 ("Presentation of financial statements") requer que certos componentes sejam apresentados de forma destacada nas demonstrações financeiras. Consequentemente, alguns saldos foram reclassificados, tais como: instrumentos financeiros derivativos, impostos e contribuições a recuperar, créditos tributários diferidos e provisões.

**4.2.2 Ajustes**

(a) **Receitas de originação**  
O BNDES adota como prática contábil em BR GAAP o reconhecimento imediato no resultado de receitas e despesas de originação de operações de crédito.

De acordo com as IFRSs, as receitas geradas ou despesas incorridas na origem das operações de crédito, que sejam incrementais e diretamente atribuíveis à sua originação, são incluídas no cálculo do custo amortizado da operação através do método da taxa efetiva de juros. Essas despesas ou receitas são reconhecidas no resultado durante o período de vigência da operação.

(b) **Juros de créditos inadimplentes**  
De acordo com a Resolução 2.682/99 do Bacen, é vedado o reconhecimento no resultado do exercício de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 (sessenta) dias no pagamento de parcela de principal ou encargos.

Para fins das IFRSs, as receitas e encargos de qualquer natureza das operações de crédito são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.

**(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as instituições financeiras, a constituição de provisões para risco de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as participações societárias em não coligadas, anteriormente avaliadas ao custo, passaram a ser avaliadas pelo valor justo e apresentadas no subgrupo de Títulos e Valores Mobiliários, na categoria definida pelo CPC 38 como "Disponível para Venda". Os mesmos procedimentos de mensuração e classificação desses ativos foram adotados nas demonstrações financeiras do BNDES, preparadas de acordo com o BR GAAP, conforme Circular nº 3.068/2001 do Bacen.

De acordo com as IFRSs, o modelo de mensuração de provisão para operações de crédito se baseia no conceito de "perda incorrida", que requer a identificação de evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento do ativo financeiro (vide Nota 2.6.6 (a)).

**(d) Instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda**

Nas demonstrações financeiras preparadas em BR GAAP, até o exercício de 2009 a carteira de participações societárias do BNDES era composta por empresas coligadas, sobre as quais sua controlada BNDESPAR exercia influência significativa, e por outras empresas sobre as quais não existia influência significativa, que eram mensuradas ao custo.

A partir de 1º de janeiro de 2010, com a aplicação pela BNDESPAR dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as participações societárias em não coligadas, anteriormente avaliadas ao custo, passaram a ser avaliadas pelo valor justo e apresentadas no subgrupo de Títulos e Valores Mobiliários, na categoria definida pelo CPC 38 como "Disponível para Venda". Os mesmos procedimentos de mensuração e classificação desses ativos foram adotados nas demonstrações financeiras do BNDES, preparadas de acordo com o BR GAAP, conforme Circular nº 3.068/2001 do Bacen.

Para fins de aplicação das IFRSs, tais participações são classificadas como instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensuradas ao valor justo, não havendo diferença, portanto, a partir de 1º de janeiro de 2010, entre o BR GAAP e as IFRSs.

**(e) Investimentos em coligadas**

Conforme mencionado no item "d" acima, a partir de 1º de janeiro de 2010 a BNDESPAR das IFRSs, no que tange à definição do CPC. Tal adoção alinhou as práticas adotadas no BR GAAP com os requerimentos das IFRSs, no que tange à definição e mensuração de coligadas. Entretanto, o tratamento dado ao ganho na compra vantajosa, que para fins de BR GAAP é reconhecido no ativo como deságio, em IFRS é reconhecido no resultado.

Em relação aos exercícios de 2009 e 2008, quando as práticas em BR GAAP ainda não estavam alinhadas com as IFRSs, os seguintes ajustes em investimentos em coligadas foram realizados:

- Reclassificação de ativos reconhecidos no BR GAAP como outros investimentos (e mensurados ao custo) para investimento em coligadas, considerando o conceito de influência significativa da IAS 28, e sua consequente mensuração pelo método de equivalência patrimonial;
- Reversão do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 dos dividendos recebidos das empresas que passaram a ser consideradas como coligadas em IFRS. Conforme práticas contábeis em BR GAAP, estas participações eram consideradas como outros investimentos e avaliadas ao custo;
- Revisão do resultado apurado com as vendas de ações ocorridas durante os exercícios de 2009 e 2008, considerando a nova classificação do investimento e sua mensuração;
- Reversão contra lucros acumulados, em 1º de janeiro de 2009, do saldo do ganho por compra vantajosa apurado no BR GAAP antes dessa data;

**4.2.3 Reconciliação do Balanço**

**Reconciliação do Balanço em 31 de dezembro de 2010**

	R\$ mil									
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Disponibilidades	15.897	-	-	-	-	-	-	-	-	15.897
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.113.958	-	-	-	-	-	-	-	-	10.113.958
Títulos e valores mobiliários	145.929.555	(272.082)	(221)	-	872	184.136	14.787	-	-	145.857.047
Instrumentos financeiros derivativos	-	272.082	-	-	-	-	-	-	-	272.082
Impostos e contribuições a recuperar	-	422.025	-	-	-	-	-	-	-	422.025
Créditos tributários diferidos	-	1.362.244	-	-	-	-	-	-	56.104	1.418.348
Repasse interfinanceiros	180.237.238	(25)	(5.257)	-	498.684	-	-	-	-	180.730.640
Operações de crédito	181.337.780	-	(97.754)	56.379	1.890.988	-	-	-	-	183.187.393
Outros créditos	19.392.632	(1.784.244)	-	6.347	26.544	-	-	-	-	17.641.279
Outros valores e bens	285.459	-	-	-	-	-	-	-	-	285.459
Investimentos	11.568.121	-	-	-	-	(184.136)	2.300.717	-	-	13.684.702
Imobilizado	98.488	-	-	-	-	-	-	-	-	98.488
Intangível	40.834	-	-	-	-	-	-	-	-	40.834
<b>Total do ativo</b>	<b>549.019.962</b>	<b>-</b>	<b>(103.232)</b>	<b>62.726</b>	<b>2.417.088</b>	<b>-</b>	<b>2.315.504</b>	<b>-</b>	<b>56.104</b>	<b>553.768.152</b>
Depósitos	21.573.906	-	-	-	-	-	-	-	-	21.573.906
Obrigações por emissão de debêntures	12.726.922	-	-	-	-	-	-	-	-	12.726.922
Obrigações por empréstimos e repasses	272.186.665	-	-	-	-	-	-	-	-	272.186.665
Instrumento híbrido de capital e dívida	13.234.016	-	-	-	-	-	-	-	-	13.234.016
Dívida subordinada	110.689.308	-	-	-	-	-	-	-	-	110.689.308
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	31.406.440	-	-	-	-	-	-	-	31.406.440
Relações interdependências	10.025	(10.025)	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	717.874	-	-	-	-	-	-	-	717.874
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	551.960	-	-	-	-	-	-	-	551.960
Tributos diferidos	-	15.667.263	-	-	-	-	-	-	806.421	16.473.685
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	1.480.268	-	1.480.268
Provisões	-	756.711	-	-	-	-	-	-	-	756.711
Outras obrigações	52.699.855	(49.090.223)	49.652	-	-	-	-	(1.480.268)	-	2.179.016
<b>Total do passivo</b>	<b>483.120.697</b>	<b>-</b>	<b>49.652</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>806.421</b>	<b>483.976.770</b>
Capital social	29.557.415	-	-	-	-	-	-	-	-	29.557.415
Reservas de lucros	7.045.298	-	-	-	-	-	-	-	-	7.045.298
Outros resultados abrangentes	29.296.552	-	-	-	-	-	-	-	-	29.296.552
Lucros acumulados	-	-	(152.885)	62.726	2.417.088	-	2.315.504	-	(750.317)	3.892.117
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>65.899.265</b>	<b>-</b>	<b>(152.885)</b>	<b>62.726</b>	<b>2.417.088</b>	<b>-</b>	<b>2.315.504</b>	<b>-</b>	<b>(750.317)</b>	<b>69.791.382</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>549.019.962</b>	<b>-</b>	<b>(103.232)</b>	<b>62.726</b>	<b>2.417.088</b>	<b>-</b>	<b>2.315.504</b>	<b>-</b>	<b>56.105</b>	<b>553.768.152</b>

**Reconciliação do Balanço em 31 de dezembro de 2009**

	R\$ mil											
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(g) Instrumentos financeiros derivativos	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Disponibilidades	4.750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.750
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.006.817	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.006.817
Títulos e valores mobiliários	54.280.877	(90.976)	(79)	-	254.372	76.485.793	(1.524.480)	806.694	-	-	-	130.212.200
Instrumentos financeiros derivativos	-	90.976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.976
Impostos e contribuições a recuperar	-	453.022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	453.022
Créditos tributários diferidos	-	1.503.136	-	-	-	-	-	-	-	-	36.542	1.539.678
Repasse interfinanceiros	121.620.679	(26)	(2.764)	(178)	877.922	-	-	-	-	-	-	122.495.634
Operações de crédito	162.050.142	-	(87.970)	142.312	2.100.924	-	-	-	-	-	-	164.205.408
Outros créditos	12.322.201	(1.956.132)	-	190	31.802	-	-	-	-	-	-	10.398.061
Outros valores e bens	296.497	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	296.497
Investimentos	33.942.932	-	-	-	-	(21.900.427)	2.232.163	-	-	-	-	14.274.668
Imobilizado	95.756	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95.756
Intangível	12.620	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.620
<b>Total do ativo</b>	<b>386.633.271</b>	<b>-</b>	<b>(90.813)</b>	<b>142.324</b>	<b>3.265.020</b>	<b>54.585.366</b>	<b>707.683</b>	<b>806.694</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36.542</b>	<b>446.086.087</b>
Depósitos	26.229.927	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.229.927
Obrigações por operações compromissadas	13.740.763	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.740.763
Obrigações por emissão de debêntures	10.559.270	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.559.270
Obrigações por empréstimos e repasses	159.317.381	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	159.317.381
Instrumento híbrido de capital e dívida	12.388.916	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.388.916
Dívida subordinada	99.526.056	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99.526.056
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	30.633.518	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.633.518
Relações interdependências	409	(409)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	237.273	-	-	-	-	-	894.284	-	-	-	1.131.557
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	1.371.711	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.371.711
Tributos diferidos	-	154.603	-	-	-	-	-	-	-	-	19.003.191	19.157.794
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	-	1.367.854	-	-	1.367.854
Provisões	-	830.104	-	-	-	-	-	-	-	-	-	830.104
Outras obrigações	37.242.505	(33.226.800)	39.370	-	-	-	-	-	(1.357.909)	-	-	2.697.166
<b>Total do passivo</b>	<b>359.005.227</b>	<b>-</b>	<b>39.370</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>894.284</b>	<b>9.945</b>	<b>19.003.191</b>	<b>-</b>	<b>378.952.017</b>
Capital social	20.260.881	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.260.881
Reserva de capital	106.631	(106.631)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	7.135.726	106.631	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.242.357
Outros resultados abrangentes	124.806	-	-	-	-	54.585.366	(2.407.330)	-	-	-	(17.851.559)	34.451.283
Lucros acumulados	-	-	(130.183)	142.324	3.265.020	-	3.115.013	806.694	(894.284)	(9.945)	(1.115.091)	5.179.549
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>27.628.044</b>	<b>-</b>	<b>(130.183)</b>	<b>142.324</b>	<b>3.265.020</b>	<b>54.585.366</b>	<b>707.683</b>	<b>806.694</b>	<b>(894.284)</b>	<b>(9.945)</b>	<b>(18.966.650)</b>	<b>67.134.070</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>386.633.271</b>	<b>-</b>	<b>(90.813)</b>	<b>142.324</b>	<b>3.265.020</b>	<b>54.585.366</b>	<b>707.683</b>	<b>806.694</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36.542</b>	<b>446.086.087</b>

**Reconciliação do Balanço em 1º de janeiro de 2009**

	R\$ mil											
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS	
Disponibilidades	3.637	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.637	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.908.965	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.908.965	
Títulos e valores mobiliários	22.896.880	(353.097)	-	-	144.111	42.840.210	587.718	279.224	-	-	-	66.395.046
Instrumentos financeiros derivativos	-	353.097	-	-	-	-	-	-	-	-	-	353.097
Impostos e contribuições a recuperar	-	266.554	-	-	-	-	-	-	-	-	-	266.554
Créditos tributários diferidos	-	1.285.669	-	-	-	-	-	-	-	-	17.124	1.302.793
Repasse interfinanceiros	99.395.284	-	-	2.241	2.114.106	-	-	-	-	-	-	101.511.630
Operações de crédito	116.594.106	-	(83.718)	75.458	1.374.423	-	-	-	-	-	-	117.960.269
Outros créditos	5.918.906	(1.552.223)	-	174	38.305	-	-	-	-	-	-	4.405.162
Outros valores e bens	173.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	173.334
Investimentos	25.292.510	-	-	-	-	(17.611.859)	(270.282)	-	-	-	-	7.410.369
Imobilizado	96.674	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96.674
Intangível	14.153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.153
<b>Total do ativo</b>	<b>277.294.449</b>	<b>-</b>	<b>(83.718)</b>	<b>77.873</b>	<							

	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de origemação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Depósitos	31.159.707	(388.635)	-	-	-	-	-	-	-	-	30.771.072
Obrigações por operações compromissadas	8.446.983	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.446.983
Obrigações por emissão de debêntures	9.305.795	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.305.795
Obrigações por empréstimos e repasses	69.582.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.582.535
Instrumento híbrido de capital e dívida	6.023.934	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.023.934
Dívida subordinada	91.315.118	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91.315.118
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	30.024.866	-	-	-	-	-	-	-	-	30.024.866
Relações interdependências	5	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	292.776	-	-	-	-	-	-	-	-	292.776
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	464.149	-	-	-	-	-	-	-	-	464.149
Tributos diferidos	-	174.396	-	-	-	-	-	-	-	8.908.726	9.083.122
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	-	1.670.077	-	1.670.077
Provisões	-	1.448.122	-	-	-	-	-	-	-	-	1.448.122
Outras obrigações	36.193.751	(32.015.668)	-	-	-	-	-	-	(1.642.701)	-	2.463.097
<b>Total do passivo</b>	<b>252.027.828</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.376</b>	<b>8.908.726</b>	<b>260.891.646</b>
Capital social	13.879.407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.879.407
Reserva de capital	106.631	(106.631)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	4.910.845	106.631	-	-	-	-	-	-	-	-	5.017.476
Outros resultados abrangentes	161.647	-	-	-	-	25.228.351	155.024	-	-	(8.577.639)	16.967.383
Lucros acumulados	6.208.091	-	(83.718)	77.873	3.670.944	-	162.412	279.224	(27.376)	(313.964)	10.045.771
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>25.266.621</b>	<b>-</b>	<b>(83.718)</b>	<b>77.873</b>	<b>3.670.944</b>	<b>25.228.351</b>	<b>317.436</b>	<b>279.224</b>	<b>(27.376)</b>	<b>(8.891.603)</b>	<b>45.910.037</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>277.294.449</b>	<b>-</b>	<b>(83.718)</b>	<b>77.873</b>	<b>3.670.944</b>	<b>25.228.351</b>	<b>317.436</b>	<b>279.224</b>	<b>-</b>	<b>17.124</b>	<b>306.801.683</b>

#### 4.2.4 Reconciliação do Resultado

Reconciliação do Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010\*

	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de origemação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(j) Tributos diferidos	IFRS
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>31.238.858</b>	<b>-</b>	<b>(22.702)</b>	<b>(79.598)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(330.617)</b>	<b>-</b>	<b>30.805.942</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	19.599.268	(163.292)	(22.706)	(79.598)	-	-	-	-	19.333.672
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	8.373.959	-	5	-	-	-	(330.617)	-	8.043.347
Rendas de operações vinculadas ao tesouro	2.761.538	163.292	-	-	-	-	-	-	2.924.830
Rendas com administração de fundos e programas	499.813	-	-	-	-	-	-	-	499.813
Resultado com alienações de títulos de renda fixa	4.280	-	-	-	-	-	-	-	4.280
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	<b>(21.348.134)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(847.932)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(22.196.066)</b>
Captação no mercado - financiamentos e repasses	(23.032.701)	62.464	-	-	-	-	-	-	(22.970.237)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.148.053)	-	-	-	-	-	-	-	(1.148.053)
Despesas com operações vinculadas ao tesouro	(4.157)	(62.464)	-	-	-	-	-	-	(66.621)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	2.851.778	-	-	-	(847.932)	-	-	-	2.003.846
Resultado da carteira da câmbio	(15.001)	-	-	-	-	-	-	-	(15.001)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>9.890.724</b>	<b>-</b>	<b>(22.702)</b>	<b>(79.598)</b>	<b>(847.932)</b>	<b>-</b>	<b>(330.617)</b>	<b>-</b>	<b>8.609.876</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>4.468.210</b>	<b>(159.307)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(223.538)</b>	<b>330.617</b>	<b>-</b>	<b>4.415.982</b>
Resultado com equivalência patrimonial	439.393	-	-	-	-	-	-	-	439.393
Amortização de ágios	(29.793)	29.793	-	-	-	-	-	-	-
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC	107.386	-	-	-	-	-	-	-	107.386
Reversão (constituição) de provisão para perda em investimentos	(144.395)	(29.793)	-	-	-	-	-	-	(174.188)
Receita de dividendos	635.639	-	-	-	-	-	-	-	635.639
Receita de juros sobre capital próprio	1.667.902	-	-	-	-	-	-	-	1.667.902
Resultado com alienações de títulos de renda variável	3.238.442	-	-	-	-	(223.538)	-	-	3.014.904
Resultado de instrumentos financeiros derivativos - renda variável	351.346	-	-	-	-	-	330.617	-	681.963
Outras rendas sobre participações societárias	(2)	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	26.436	-	-	-	-	-	-	-	26.436
Despesas tributárias	(592.512)	-	-	-	-	-	-	-	(592.512)
Despesas com pessoal	(976.985)	(159.307)	-	-	-	-	-	-	(1.136.292)
Despesas administrativas	(306.673)	-	-	-	-	-	-	-	(306.673)
Outras receitas operacionais	531.317	-	-	-	-	-	-	-	531.317
Outras despesas operacionais	(479.291)	-	-	-	-	-	-	-	(479.291)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>14.358.934</b>	<b>(159.307)</b>	<b>(22.702)</b>	<b>(79.598)</b>	<b>(847.932)</b>	<b>(223.538)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.025.858</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(4.007.074)	-	-	-	-	-	-	-	(4.007.074)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(279.231)	-	-	-	-	-	-	117.784	(161.447)
<b>Lucro líquido antes da participação sobre o lucro</b>	<b>10.072.629</b>	<b>(159.307)</b>	<b>(22.702)</b>	<b>(79.598)</b>	<b>(847.932)</b>	<b>(223.538)</b>	<b>-</b>	<b>117.784</b>	<b>8.857.337</b>
Participação dos empregados no lucro	(159.307)	159.307	-	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.913.322</b>	<b>-</b>	<b>(22.702)</b>	<b>(79.598)</b>	<b>(847.932)</b>	<b>(223.538)</b>	<b>-</b>	<b>117.784</b>	<b>8.857.337</b>

\* Não foi apresentado resultado abrangente em BR GAAP; assim, a reconciliação apresentada começa com o lucro líquido do exercício. A reconciliação entre o lucro líquido e resultado abrangente em IFRS apresenta-se na demonstração de resultado abrangente.

Reconciliação do Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009\*

	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de origemação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(g) Instrumentos financeiros derivativos	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>11.164.152</b>	<b>-</b>	<b>(46.465)</b>	<b>64.451</b>	<b>-</b>	<b>2.343.774</b>	<b>527.469</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.053.382</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	4.979.377	(175.724)	(46.465)	64.451	-	-	-	-	-	-	4.821.640
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	5.187.147	-	-	-	-	2.343.774	527.469	-	-	-	8.058.390
Rendas de operações vinculadas ao tesouro	495.439	175.724	-	-	-	-	-	-	-	-	671.163
Rendas com administração de fundos e programas	502.189	-	-	-	-	-	-	-	-	-	502.189
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	<b>(5.348.941)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(405.924)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.754.865)</b>
Captação no mercado - financiamentos e repasses	(4.629.790)	108.179	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.521.611)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(580.872)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(580.872)
Despesas com operações vinculadas ao tesouro	(3.932)	(108.179)	-	-	-	-	-	-	-	-	(112.111)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	(5.703)	-	-	-	(405.924)	-	-	-	-	-	(411.627)
Resultado da carteira da câmbio	(128.644)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(128.644)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>5.815.211</b>	<b>-</b>	<b>(46.465)</b>	<b>64.451</b>	<b>(405.924)</b>	<b>2.343.774</b>	<b>527.469</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.298.517</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>3.242.808</b>	<b>(86.300)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>608.827</b>	<b>-</b>	<b>(894.284)</b>	<b>17.431</b>	<b>-</b>	<b>2.888.482</b>
Resultado com equivalência patrimonial	778.115	-	-	-	-	(296.467)	-	-	-	-	481.648
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC	715.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	715.500
Reversão (constituição) de provisão para perda em investimentos	(373.549)	-	-	-	-	1.009	-	-	-	-	(372.540)
Receita de dividendos	1.307.168	-	-	-	-	(2.180)	-	-	-	-	1.304.988
Receita de juros sobre capital próprio	1.119.280	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.119.280
Resultado com alienações de títulos de renda variável	1.158.801	-	-	-	-	(1.170.921)	-	-	-	-	(12.120)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos - renda variável	-	-	-	-	-	-	(894.284)	-	-	-	(894.284)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	1.922.591	-	-	-	-	1.922.591
Outras rendas sobre participações societárias	47	-	-	-	-	154.795	-	-	-	-	154.842
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	584.812	-	-	-	-	-	-	-	-	-	584.812
Despesas tributárias	(546.819)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(546.819)
Despesas com pessoal	(919.464)	(86.300)	-	-	-	-	-	-	17.431	-	(988.333)
Despesas administrativas	(274.133)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(274.133)
Outras receitas operacionais	89.330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89.330
Outras despesas operacionais	(396.280)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(396.280)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>9.058.019</b>	<b>(86.300)</b>	<b>(46.465)</b>	<b>64.451</b>	<b>(405.924)</b>	<b>2.952.601</b>	<b>527.469</b>	<b>(894.284)</b>	<b>17.431</b>	<b>-</b>	<b>11.186.999</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.447.846)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.447.846)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	211.296	-	-	-	-	-	-	-	-	(801.127)	(589.831)
<b>Lucro líquido antes da participação sobre o lucro</b>	<b>6.821.469</b>	<b>(86.300)</b>	<b>(46.465)</b>	<b>64.451</b>	<b>(405.924)</b>	<b>2.952.601</b>	<b>527.469</b>	<b>(894.284)</b>	<b>17.431</b>	<b>(801.127)</b>	<b>8.149.322</b>
Participação dos empregados no lucro	(86.300)	86.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>6.735.169</b>	<b>-</b>	<b>(46.465)</b>	<b>64.451</b>	<b>(405.924)</b>	<b>2.952.601</b>	<b>527.469</b>	<b>(894.284)</b>	<b>17.431</b>	<b>(801.127)</b>	<b>8.149.322</b>

\* Não foi apresentado resultado abrangente em BR GAAP; assim, a reconciliação apresentada começa com o lucro líquido do exercício. A reconciliação entre o lucro líquido e resultado abrangente em IFRS apresenta-se na demonstração de resultado abrangente.

#### 4.2.5 Reconciliação dos fluxos de caixa

Reconciliação do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de origemação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(j) Tributos diferidos	IFRS
<b>Atividades operacionais</b>	<b>9.913.322</b>	<b>-</b>	<b>(22.702)</b>	<b>(79.598)</b>	<b>(847.932)</b>	<b>-</b>	<b>(223.538)</b>	<b>117.784</b>	<b>8.857.337</b>
Lucro líquido do exercício	(2.840.468)	(1.056.349)	-	-	847.932	-	-	(117.784)	(3.166.669)
Ajustes que não afetam o caixa									
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	(2.851.778)	-	-	-	-	-			

(cont.)

	R\$ mil									
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(j) Tributos diferidos	IFRS	
. Aumento nas obrigações por emissões de debêntures	2.167.652	-	-	-	-	-	-	-	-	2.167.652
. Diminuição líquida nas demais contas do passivo	16.233.983	-	-	-	-	-	-	-	-	16.233.983
. Tributos sobre o lucro pagos	(4.614.237)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.614.237)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>(56.528.007)</b>	<b>2.846.975</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51.072.172</b>	<b>(223.538)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.832.398)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>										
. Venda de investimentos	55.172.645	(2.813.547)	-	-	-	(51.072.172)	223.538	-	-	1.510.464
. Compra de investimentos	-	(33.428)	-	-	-	-	-	-	-	(33.428)
. Recebimento de dividendos de coligadas	495.108	-	-	-	-	-	-	-	-	495.108
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos</b>	<b>55.667.753</b>	<b>(2.846.975)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(51.072.172)</b>	<b>223.538</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.972.144</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>										
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	11.163.252	-	-	-	-	-	-	-	-	11.163.252
. Pagamento de dividendos	(2.616.674)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.616.674)
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos</b>	<b>8.546.578</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.546.578</b>
<b>Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.686.324</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.686.324</b>
Modificação na posição financeira										
<b>Início do exercício</b>										
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.409.229	-	-	-	-	-	-	-	-	6.409.229
<b>Final do exercício</b>										
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	14.095.553	-	-	-	-	-	-	-	-	14.095.553
<b>Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.686.324</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.686.324</b>

Reconciliação do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	R\$ mil										
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(g) Instrumentos financeiros derivativos	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
<b>Atividades operacionais</b>											
Lucro líquido do exercício	6.735.169	-	(46.465)	64.451	(405.924)	2.952.601	527.469	(894.284)	17.431	(801.127)	8.149.322
Ajustes que não afetam o caixa	(1.173.858)	(76.797)	-	-	405.924	(1.627.133)	-	-	-	801.127	(1.670.737)
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	5.703	-	-	-	405.924	-	-	-	-	-	411.627
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	(584.812)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(584.812)
Constituição (reversão) de provisão para perdas em investimentos	373.549	-	-	-	-	(1.009)	-	-	-	-	372.540
Resultado de participações em coligadas	(778.115)	-	-	-	-	296.467	-	-	-	-	(481.648)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	(1.922.591)	-	-	-	-	(1.922.591)
Depreciação e amortização	21.113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.113
Lucro na venda de investimentos	-	(76.797)	-	-	-	-	-	-	-	-	(76.797)
Realização (constituição) líquida de créditos tributários	(211.296)	-	-	-	-	-	-	-	-	801.127	589.831
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	<b>(4.736.271)</b>	<b>1.070.153</b>	<b>46.465</b>	<b>(64.451)</b>	<b>-</b>	<b>(995.767)</b>	<b>(527.469)</b>	<b>894.284</b>	<b>(17.431)</b>	<b>-</b>	<b>(4.330.488)</b>
. Aumento líquido em créditos por financiamento	(67.473.201)	-	46.465	(64.451)	-	-	-	-	-	-	(67.491.187)
. Diminuição / (aumento) líquido em títulos e valores mobiliários	(31.383.997)	1.070.153	-	-	-	(995.767)	(527.469)	894.284	-	-	(30.942.797)
. Diminuição / (aumento) líquida nas demais contas do ativo	(4.960.631)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.960.631)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	90.343.498	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.343.498
. Aumento líquido de instrumento híbrido de capital	6.364.982	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.364.982
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	5.293.780	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.293.780
. Aumento nas obrigações por emissões de debêntures	1.253.475	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.253.475
. Diminuição líquida nas demais contas do passivo	(3.107.378)	-	-	-	-	-	-	-	(17.431)	-	(3.124.809)
. Tributos sobre o lucro pagos	(1.066.799)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.066.799)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>825.040</b>	<b>993.356</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>329.701</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.148.097</b>
<b>Atividades de investimentos</b>											
. Venda de investimentos	(4.415.782)	4.907.936	-	-	-	(331.881)	-	-	-	-	160.273
. Compra de investimentos	-	(5.901.292)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.901.292)
. Recebimento de dividendos de coligadas	495.727	-	-	-	-	2.180	-	-	-	-	497.907
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos</b>	<b>(3.920.055)</b>	<b>(993.356)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(329.701)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.243.112)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>											
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	8.210.938	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.210.938
. Pagamento de dividendos	(8.448.494)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.448.494)
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos</b>	<b>(237.556)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(237.556)</b>
<b>Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.332.571)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.332.571)</b>
Modificação na posição financeira											
<b>Início do exercício</b>											
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	9.741.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.741.800
<b>Final do exercício</b>											
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.409.229	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.409.229
<b>Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.332.571)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.332.571)</b>